

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E OPERACIONAIS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO

2021



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação

GOVERNADOR DO ESTADO
RENATO CASAGRANDE

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO
JACQUELINE MORAES

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
VITOR AMORIM DE ANGELO

SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL
ANDRÉA GUZZO PEREIRA

SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO
ISAURA NOBRE

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
JOSIVALDO BARRETO

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE SUPORTE À EDUCAÇÃO
AURÉLIO MENEGUELLI

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

- 1.1 CAMINHOS PERCORRIDOS E APRENDIZADOS
- 1.2 PROCEDIMENTOS PARA O RETORNO DAS ATIVIDADES LETIVAS
 - 1.2.1 JORNADA DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO - JPP
- 1.3 ESTUDANTES DO GRUPO DE RISCO E EM REGIME HOSPITALAR
- 1.4 PROGRAMA TODOS NA ESCOLA: MONITORAMENTO DO ABSENTEÍSMO
- 1.5 DIRETRIZES CURRICULARES
- 1.6 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS
- 1.7 AVALIAÇÃO
 - 1.7.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
 - 1.7.2 AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO
- 1.8 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA
- 1.9 PLANO DE AÇÃO DAS ESCOLAS: MONITORAMENTO DOS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM E EQUIDADE
- 1.10 ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO
 - 1.10.1 ENSINO FUNDAMENTAL
 - 1.10.2 ENSINO MÉDIO
 - 1.10.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
 - 1.10.4 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL
 - 1.10.5 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
 - 1.10.6 EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA
 - 1.10.7 EDUCAÇÃO ESPECIAL

2. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

- 2.1 ACOLHIMENTO DE PROFESSORES
- 2.2 ACOLHIMENTO DE ALUNOS
- 2.3 PLANO DE CONVIVÊNCIA
 - 2.3.1 ACOLHIMENTO AOS PROFISSIONAIS E ALUNOS SOB IMPACTO EMOCIONAL
 - 2.3.2 ESCUTA E ACOLHIMENTO PARA NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIAS
 - 2.3.3 ESPECIFICIDADES ACERCA DO COMPORTAMENTO SUICIDA OU AUTOLESIVO
 - 2.3.4 ASPECTOS DE CONVIVÊNCIA RELACIONADOS ÀS MEDIDAS DE BIOSSEGURANÇA
 - 2.3.5 CONTATOS IMPORTANTES

3. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E SANITÁRIOS

- 3.1 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA O RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS
- 3.2 SANITIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES
- 3.3 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM COMORBIDADES

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu) apresenta as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para o ano letivo de 2021 das escolas públicas estaduais, em regime de revezamento dos estudantes, no contexto de pandemia da Covid-19, para fins de prevenção e controle da transmissão do novo coronavírus enquanto perdurar o estado de calamidade em saúde pública, sendo facultativo o retorno presencial dos estudantes.

Para iniciarmos as atividades educacionais do ano letivo de 2021, priorizando a atenção a situações de vulnerabilidade social e considerando a variação das condições sanitárias no território capixaba, direcionadas a partir do Mapa de Risco do Governo e das medidas administrativas e de segurança sanitária previstas na Portaria Conjunta SEDU/SESA nº 01-R/2020, faz-se necessário o uso de estratégias que permitam alternar atividades presenciais e não presenciais.

O uso das Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP) instituído pelo Programa EscoLAR, conforme previsto na Portaria Nº 048-R, passou a ser considerado no cômputo da carga horária letiva a partir de 1º de julho de 2020. Com isso, mesmo no retorno às aulas presenciais, as APNP e os recursos disponibilizados no Programa EscoLAR complementarão as atividades dos encontros presenciais, constituindo um modelo híbrido de oferta educativa.

O objetivo destas Diretrizes consiste em subsidiar o planejamento das unidades escolares nos processos que envolvem o ano letivo escolar, contemplando aspectos pedagógicos, psicossociais, sanitários e administrativos, apoiando-se nos quatro pilares de uma educação para o século XXI que são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Em meio a um contexto propício para se (re)pensar as práticas pedagógicas, à educação, conforme Delors (1996, p. 89), "cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele".



ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1.1 CAMINHOS PERCORRIDOS E APRENDIZADOS

Em 16 de março de 2020, o Governo do Estado do Espírito Santo publicou no Diário Oficial do Estado o Decreto Estadual nº 4593-R, de 13 de março de 2020, decretando o estado de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo, e estabelecendo as medidas sanitárias e administrativas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do surto de Coronavírus (Covid-19).

Em seguida, no dia 17 de março de 2020, foi publicado o Decreto nº 4597-R, de 16 de março de 2020, dispondo sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19) na área da educação, suspendendo, a partir do dia 23 de março de 2020, pelo prazo de 15 (quinze) dias, as atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada.

No mesmo dia, o Governo Federal publicou a Portaria MEC nº 343, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).

Em decorrência do avanço da pandemia no estado, o Governo, por meio do Decreto nº 4606-R, de 21 de março de 2020, subsidiado pela Resolução CEE-ES nº 5.447/2020, do Conselho Estadual de Educação, autorizou a instituição de regime emergencial de aulas não presenciais no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, como medida preventiva à disseminação do Covid-19.

Diante desse contexto, bem como da continuidade da situação de recomendação de suspensão de aulas presenciais, a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) instituiu o Programa EscoLAR, por meio da Portaria Nº 048-R, de 02 de abril de 2020, como o objetivo de incentivar a oferta de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP), vinculadas à adoção de metodologias inovadoras e ao uso de tecnologias voltadas para a aprendizagem dos estudantes.

O Programa EscoLAR contempla um conjunto de recursos capazes de apoiar as escolas e os professores na continuidade do processo de ensino e aprendizagem por meio da complementação das aprendizagens já adquiridas e do desenvolvimento de novas aprendizagens pelos estudantes, de forma a favorecer a manutenção do seu vínculo com a escola e visando, entre outros objetivos, evitar um aumento da evasão escolar.

A primeira versão das diretrizes para implementação do Programa EscoLAR nas escolas da rede pública estadual (Diretrizes Operacionais 2020 - Versão 1.0) estabeleceu os procedimentos para assegurar a continuidade do processo de ensino e de aprendizagem por meio das APNP e apresentou os seguintes recursos visando apoiar as escolas e os professores:

Site EscoLAR: desenvolvido pela Sedu, o site EscoLAR, disponível em <http://www.sedu.es.gov.br/escolar>, tem como objetivo divulgar os vários recursos e materiais pedagógicos para a implementação do Programa, bem como as orientações para equipe pedagógica, professores, estudantes e pais ou responsáveis;

Videoaulas: o Programa EscoLAR disponibiliza videoaulas com objetos de conhecimento em conformidade com os documentos curriculares do Espírito Santo, de acordo com ano/série/componente curricular. Essas videoaulas têm o intuito de apoiar e complementar as atividades propostas pelos professores na continuidade do desenvolvimento curricular, mesmo com a suspensão das aulas presenciais. As primeiras videoaulas foram cedidas pela Secretaria de Estado da Educação do Amazonas, transmitidas em três canais de TV aberta (8.2, 8.3 e 8.4) e disponibilizadas no canal do Youtube SeduES, com a grade de programação semanal no site EscoLAR. Posteriormente, por meio do Programa IdeAção, criado pela Portaria nº 051-R, de 16 de abril de 2020, tornou-se possível a efetiva participação de professores da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo na produção de videoaulas para atender as especificidades do contexto e do currículo do estado. Também é exibida a programação educativa do projeto “Vamos Aprender”, resultado de uma parceria da Sedu com o projeto desenvolvido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), com apoio das Fundações Lemann e Roberto Marinho, do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) e da Unesco;

Aplicativo EscoLAR: a Google, em parceria com a Sedu e usando o Google Sala de Aula, criou salas de aulas virtuais para todas as escolas estaduais da rede pública do Espírito Santo, a partir das turmas existentes no Sistema de Gestão (Seges). Em cada um desses espaços, associados a cada turma em específico, estão os estudantes e os professores dos componentes curriculares. Essas salas virtuais podem ser acessadas pelo aplicativo EscoLAR por meio dos e-mails institucionais. Esse aplicativo não consome dados durante a navegação e favorece a interação entre professor e estudantes, seja na proposição de atividades não presenciais, seja no esclarecimento de dúvidas e nas devolutivas das atividades desenvolvidas pelos estudantes, seja para mentorear grupos, indicar caminhos, provocar reflexões;

Comunidades interativas: foram criadas 8 (oito) comunidades interativas para as escolas, distribuídas pelas 11 (onze) Superintendências Regionais de Educação (SRE), a fim de que os professores interajam, fomentem e troquem experiências, com a mediação de supervisores escolares. Nesse sentido, cada escola deve participar com o grupo de sua SRE. Essas comunidades objetivam fortalecer a troca de experiências entre professores, pedagogos e supervisores escolares, com o propósito de promover um olhar diferenciado sobre o momento. Há mais uma comunidade, a de mediadores, a partir da qual a Sedu acompanha o trabalho desenvolvido nas comunidades e estabelece orientações;

Portal de conteúdos pedagógicos digitais - Currículo Interativo: o Currículo Interativo, uma parceria com a Escola Digital, é uma plataforma de busca de recursos digitais de aprendizagem, em diferentes formatos (vídeos, videoaulas, animações, simulações, infográficos, aplicativos para celulares e outros), para todas as etapas de ensino e componentes curriculares. Essa plataforma está estruturada de acordo com os documentos curriculares da rede pública estadual, visando favorecer a utilização de metodologias inovadoras e promover maior motivação, engajamento e participação dos alunos em sua aprendizagem;

Material impresso: para os estudantes sem acesso à internet, são disponibilizadas APNP impressas. A equipe pedagógica, juntamente com os professores, são responsáveis pela identificação dos estudantes que necessitam das atividades impressas, pela definição das estratégias de entrega do material e pelo monitoramento da devolução das atividades realizadas pelos estudantes para sua correção e devolutivas pelo professor. As dinâmicas de entrega/devolução das APNP são realizadas cumprindo todos os protocolos de segurança e higiene destacados pela Secretaria de Estado da Saúde.

Por meio do Circuito de Gestão, metodologia de monitoramento e avaliação dos resultados de aprendizagem com equidade da rede pública estadual, foi possível adequar os Planos de Ação das escolas para responder à nova conjuntura com as APNP e, com isso, as SRE, mais especificamente os Supervisores Escolares, puderam acompanhar e apoiar as escolas no processo de construção de estratégias de monitoramento dos estudantes em relação ao acesso e ao uso das APNP e dos recursos disponibilizados pelo Programa EscoLAR, visando à continuidade do processo educativo.

Para realização desse acompanhamento, de forma sistemática, a Sedu elaborou formulários e questionários para escolas e estudantes com o objetivo de diagnosticar e avaliar a implementação das APNP, monitorando o uso dos recursos disponibilizados e, principalmente, o desenvolvimento das APNP pelos estudantes e a manutenção do seu vínculo com a escola.

Com o intuito de traçar políticas voltadas para o combate à evasão em 2019, foi instituído, pela Portaria nº 152-R, o Programa Todos na Escola, que visa identificar crianças e jovens que estão fora da escola, bem como os estudantes em risco de abandono escolar das escolas da rede pública do ensino fundamental e médio, nas modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), e propor o desenvolvimento de ações que contribuam para o acesso e a permanência desses estudantes no ambiente escolar. Além disso, foi instituído pela Portaria nº 072-S, o Comitê para Estudo e Elaboração de Políticas Públicas de Acesso, Permanência e Aprendizagem do Estudante na Escola e publicada a Portaria nº 043-R, de 09/04/2019, que trata do controle de frequência escolar dos estudantes e institui um protocolo de monitoramento.

Essas ações de monitoramento do Programa EscoLAR e o Programa Todos na Escola foram determinantes para o amadurecimento e o fortalecimento do Programa EscoLAR na rede e, conseqüentemente, na decisão de considerar as APNP como carga horária letiva, conforme previsto na Portaria do Programa, tendo em vista a extensão da continuidade da situação de recomendação de suspensão de aulas presenciais no estado.

A partir desse novo cenário, foram demandadas novas orientações para a continuidade do Programa EscoLAR, Diretrizes Operacionais 2020 - Versão 2.0, com diretrizes complementares para que as APNP realizadas fossem consideradas letivas a partir do dia 1º de julho de 2020.

Assim, com o objetivo de dirimir os impactos da pandemia na aprendizagem dos estudantes capixabas, a Sedu estabeleceu, no dia 28 de agosto de 2020, devido à pandemia da Covid-19, a Portaria nº 092-R/2020, instituindo o Calendário Escolar 2020, que define procedimentos complementares para o Calendário Escolar do ano letivo de 2020 e as interfaces com o ano letivo de 2021 devido à Pandemia do Coronavírus Covid-19, estabelecendo o continuum curricular 2020-2021, assegurando, assim, a progressão da aprendizagem de 2020.

Dentre as diretrizes e ações desenvolvidas ao longo de 2020, destacamos:

Readequação Curricular: a partir dos documentos curriculares vigentes para ensino fundamental (Currículo do Espírito Santo, 2018) e ensino médio (Currículo Básico Escolar Estadual, 2009), foi realizada, em conjunto com a Undime, a classificação das habilidades e dos conhecimentos neles contidos, identificando aqueles considerados essenciais/estruturantes para garantir a progressão das aprendizagens dos estudantes e também para o desenvolvimento das competências específicas da área de conhecimento/componente curricular, de modo a dar suporte ao planejamento docente no retorno das atividades letivas e à melhoria de propostas para o processo de ensino e aprendizagem.

Formações: com o objetivo de subsidiar o trabalho de professores e demais profissionais da educação, a Sedu, por meio de parcerias e da colaboração de profissionais da rede pública estadual, promoveu ações formativas para fomentar novas práticas docentes e reflexões sobre temáticas relevantes ao momento educacional, visando o aprimoramento profissional dos servidores da educação e o sucesso escolar dos estudantes. Dentre as várias formações realizadas, temos os diálogos formativos, realizados em lives semanais sobre: metodologias ativas, ensino híbrido, aprendizagem por investigação e pedagogia de projetos; temas da educação para a diversidade e inclusão; cultura digital com foco na instrumentalização (ferramentas digitais integradas à práticas criativas), além da oferta de cursos a distância por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle da Sedu, tais como o de produção de videoaulas e produção de animações e da formação, por meio da plataforma Vivescer, de apoio pedagógico e desenvolvimento da dimensão socioemocional para professores.

Avaliação Diagnóstica: elaborada pela Sedu, em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Caed/UFJF), tendo como base os documentos curriculares da rede pública estadual, tem como objetivo diagnosticar as aprendizagens/habilidades e os pré-requisitos necessários para a continuidade do processo educativo e para nortear o planejamento dos professores. A Avaliação diagnóstica para o Ensino Fundamental - Anos Finais e para o Ensino Médio já foi realizada em plataforma digital. Com a retomada das aulas presenciais, essa avaliação diagnóstica poderá ser realizada com o Ensino Fundamental - Anos Iniciais, com destaque para o exame de fluência em leitura, e pelos alunos que não conseguiram realizá-la anteriormente pela dificuldade de acesso a recursos digitais. Além disso, a partir do momento em que as APNP foram consideradas letivas os professores foram orientados a juntamente com as equipes pedagógicas das unidades escolares a realizar uma avaliação diagnóstica por meio de APNP para verificação dos níveis de aprendizagens de seus alunos até o dia 01 de julho.

Apoie: A Secretaria criou em 2019 a APOIE-Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar, que tem como objetivo propor ações pras escolas que visem a promoção de saúde mental, o conhecimento sobre direitos da criança e do adolescente, bem como, direitos humanos; a prevenção para casos de preconceito, violência, bullying e outros, a formação dos profissionais de educação para acolhimento e escuta na perspectiva socioemocional, bem como, orientar e apoiar a escola em casos específicos que vão além de suas atribuições, buscando inclusive a articulação com os demais equipamentos de proteção à criança e ao adolescente. A equipe tem atuado realizando reuniões de acolhimento e orientação com profissionais das escolas que solicitam apoio em demandas psicossociais específicas individuais de alunos; em especial, neste momento de pandemia, na criação de campanhas que fortaleçam o vínculo do aluno com a escola, como por exemplo o "Card da Saudade", que propôs que os alunos produzissem cards, desenhos e mensagens contando sobre o que têm sentido mais falta do ambiente escolar; e de campanhas como o "Distantes, mas presentes: práticas que aproximam" que recebeu, de professores, pedagogos e diretores, projetos que têm sido desenvolvidos em prol do acolhimento, da expressão das emoções e da proximidade afetiva e empática na perspectiva das atividades pedagógicas não presenciais.

Cestas Básicas: Outra ação de grande relevância que indiretamente afeta o desenvolvimento das pedagógicas foi a busca por tentar reduzir as desigualdades por meio da aquisição de cestas básicas para distribuição aos estudantes cujos responsáveis estão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), por meio da Portaria nNº 058-R, publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 13 de Maio de 2020. Esta distribuição tem ocorrido mensalmente atendendo a cerca de 114 mil estudantes da rede estadual.

TV EscoLAR: As videoaulas gravadas pelos professores da Rede Estadual e disponibilizadas no canal TV EscoLAR, tem acesso gratuito para estudantes e professores a partir do App EscoLAR. Neste canal será possível o aluno e o professor acessar os conteúdos dos temas integradores e habilidades/conhecimentos estruturantes do currículo, de forma remota.

A partir do registro das APNP como carga horária letiva no Sistema de Gestão (Seges), o monitoramento da participação dos estudantes e do desenvolvimento das APNP passou a ser realizado por meio dos relatórios gerados pelo Seges, contribuindo para um acompanhamento mais preciso e imediato pelas escolas, pelas SRE e pela Secretaria.

Com base nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para evitar o contágio pela Covid-19, a Sedu, juntamente com a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), elaboraram a Portaria Conjunta SEDU/SESA nº 01/2020, estabelecendo os protocolos sanitários necessários para a retomada das atividades presenciais nas instituições de ensino do estado.

Estabelecidos esses protocolos e a partir do cenário da pandemia apresentado pelo Mapa de Risco do Governo do Estado, a Sedu autorizou, no dia 13 de outubro de 2020, a retomada das atividades presenciais nas escolas da rede pública estadual, tendo como diretriz o Plano de Retomada das Aulas Presenciais das Escolas da Rede Pública Estadual, no regime de revezamento semanal, gradual e em etapas até o encerramento do ano letivo de 2020.

No dia 10 de dezembro de 2020, foi homologado o Parecer CNE/CP nº 19/2020, que reexamina o Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. O Parecer estabelece que as atividades pedagógicas não presenciais poderão ser utilizadas em caráter excepcional, para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, no cumprimento das medidas para enfrentamento da pandemia de Covid-19 estabelecidas em protocolos de biossegurança.

Diante desta trajetória e da atual conjuntura, apresentaremos os procedimentos necessários para o ano letivo de 2021 nas escolas da rede pública estadual do Espírito Santo.

1.2 PROCEDIMENTOS PARA O INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2021

O início das atividades escolares do ano letivo de 2021 nas escolas públicas estaduais será no dia 04/02/2021 e dar-se-á com revezamento semanal dos estudantes, alternando momentos presenciais e não presenciais e com um número menor de estudantes por turma/sala, considerando o distanciamento físico e as medidas sanitárias previstas na Portaria Conjunta SEDU/SESA nº 01-R/2020.

As atividades presenciais estão condicionadas à classificação de risco baixo e moderado do município onde está localizada a escola, conforme Mapa de Risco do Governo.

O retorno presencial dos estudantes é facultativo. As famílias/responsáveis ou estudantes maiores de idade, poderão optar pela continuidade das atividades não presenciais nos domicílios, manifestando-se por meio de instrumento próprio antes do início das aulas, a ser disponibilizado pelas escolas. Caso o referido estudante manifeste, posteriormente, interesse em retornar às aulas presenciais, a escola deverá ser notificada com no mínimo 15 dias de antecedência para que seja providenciado transporte e alimentação para atender ao estudante.

O regime de revezamento consiste na alternância semanal, onde cada turma é dividida em 50% (cinquenta por cento) de estudantes em estudos presenciais e 50% (cinquenta por cento) em estudos não presenciais, por meio das APNP e dos recursos disponibilizados pelo Programa EscoLAR.

Em situações de turmas com poucas matrículas, respeitado o distanciamento físico exigido, a critério das respectivas unidades escolares pode-se:

- optar pelo revezamento entre turmas, avaliando essa possibilidade, levando em consideração o tamanho do espaço físico das salas de aula e observando a ordem de retorno das etapas/modalidades de ensino;
- retornar de forma efetiva as aulas presenciais para todos os alunos, sem revezamento, e neste caso, o Programa EscoLAR passa a ser utilizado apenas para reforço, recuperação e aprofundamento das aprendizagens dos alunos por meio de atividades complementares.

Considerando que o retorno às aulas presenciais dos estudantes dar-se-á alternando momentos presenciais e não presenciais (com a aplicação das APNP), as escolas poderão flexibilizar os dias destinados às atividades de planejamento por área de conhecimento, diverso do previsto na Portaria N° 145-R/2019, bem como reorganizar os horários das aulas dos professores de modo a favorecer o modelo híbrido.

Neste sentido, o professor fica dispensado da obrigatoriedade do cumprimento das atividades de planejamento na unidade escolar, enquanto a presença dos estudantes for facultativa.

Na primeira semana de aulas presenciais para cada um dos grupos de alunos, no caso de revezamento, a escola deverá realizar:

- o acolhimento dos alunos, com momento para reflexão sobre o contexto de pandemia; e
- a orientação em relação aos protocolos sanitários.

1.2.1 JORNADA DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO - JPP

No dia 03/02/2021, antes do início das aulas, será realizada a Jornada de Planejamento Pedagógico (JPP). A JPP é o momento em que os profissionais da educação se reúnem para planejar o ano/semestre letivo, partilhar experiên-

cias e ideias, ensinar e aprender na coletividade, sempre com o propósito de promover uma melhor organização do trabalho pedagógico, por meio da análise dos indicadores educacionais, dos valores e da cultura da escola, com foco na aprendizagem dos estudantes.

O planejamento e a execução da JPP são de responsabilidade da equipe gestora da escola.

Diante da diversidade de escolas e de público que compõem a rede estadual de ensino, faz-se necessário um olhar atento às especificidades para que uma educação equânime seja efetivamente implantada no Espírito Santo.

Considerando que todos os anos as escolas recebem estudantes novos advindos de outras etapas de ensino, de outras escolas e de outras redes de ensino, e até mesmo de outros municípios e estados, é importante que a escola se organize para acolher estes estudantes, de modo a estabelecer os primeiros vínculos, a fim de que estes sintam-se recebidos e pertencentes à escola desde os primeiros dias do ano letivo.

A 1ª JPP também é o momento para acolhimento dos novos profissionais da escola e de orientação aos professores e à equipe pedagógica sobre:

- a organização da primeira semana de aula: planejamento do acolhimento dos estudantes primando pela escuta e empatia em momento de pandemia (subitem 2.2) e nas orientações sobre os protocolos sanitários e o regime de revezamento dos estudantes (subitem 1.2);
- os protocolos sanitários, incluindo a divulgação de vídeos institucionais;
- o planejamento escolar: da organização das séries/turmas, da oferta escolar (turnos, etapas e modalidades de ensino ofertados), do calendário escolar, da agenda pedagógica da escola;
- o diagnóstico para a elaboração do Plano de Ação da escola: deverão ser considerados os indicadores de aprovação, aprovação por conselho de classe e abandono, em especial, verificar alunos que evadiram da rede estadual para efetivação da busca ativa, bem como os resultados das avaliações diagnósticas realizadas em 2020;
- as diretrizes para a elaboração do Plano de Ensino do professor: o Plano de Ensino deve ser elaborado ao longo dos planejamentos semanais dos professores, tendo como base as Orientações Curriculares 2021, as diretrizes curriculares (subitem 1.5), as estratégias metodológicas (subitem 1.6) e os resultados das avaliações diagnósticas de 2021.

1.3 ESTUDANTES DO GRUPO DE RISCO OU EM REGIME HOSPITALAR

O regime de revezamento, também, permite que estudantes pertencentes a grupos de risco, que apresentem laudo de comorbidade, fiquem em casa, bem como que todos os casos suspeitos ou confirmados de Covid-19 sejam imediatamente colocados em quarentena, sem que haja prejuízo à frequência escolar e ao processo educativo, que passa, nesse caso, a ser realizado por meio das APNP e dos recursos disponibilizados pelo Programa EscoLAR.

A Sedu, cumprindo o ordenamento jurídico da educação brasileira, resguarda o direito a tratamento especial para estudantes em grupos de risco com formas alternativas de cumprimento de carga horária e das avaliações.

Portanto, as unidades de ensino deverão proporcionar a esses estudantes a possibilidade de realizarem atividades domiciliares, enquanto durar o impedimento de frequência às aulas, conforme expresso na Portaria SEDU/SESA Nº 01-R, de 08 de agosto de 2020, em seus artigos 18, 19, 20 e 21.

No caso de estudantes em situação de atendimento educacional em regime hospitalar, e no contexto de retorno às atividades presenciais, sobre a retomada do atendimento presencial do professor aos estudantes atendidos em regime hospitalar e domiciliar, recomenda-se considerar a decisão conjunta dos pais/responsáveis e de uma autoridade médica, sem prejuízo do acompanhamento das atividades educacionais dos alunos que permanecerem em isolamento domiciliar, conforme previsto no parágrafo 3º do Art. 21 da Portaria SEDU/SESA Nº 01-R, de 08 de agosto de 2020.

As medidas de prevenção ao contágio da Covid-19 a serem adotadas pelos estudantes e professores em regime hospitalar serão específicas e orientadas pelos profissionais da área da saúde de cada hospital.

1.4 PROGRAMA TODOS NA ESCOLA: MONITORAMENTO DO ABSENTEÍSMO

É dever do Estado, em conjunto com a família, assegurar a permanência de crianças e de adolescentes na escola e garantir o direito de aprendizagem de todos. Assim, os educadores e os gestores da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo devem ter como premissa que nenhum aluno abandone a escola. O sucesso na prevenção do abandono envolve ações específicas realizadas pelas escolas, considerando seu público, os contextos e as características locais.

Entretanto, compreendemos que uma das consequências do longo período de paralisação das atividades escolares presenciais, ocorrido em 2020, é um provável aumento dos índices de abandono escolar. Diante desse contexto, a rede estadual, por meio da oferta de APNP, tem buscado reduzir os prejuízos nas aprendizagens de seus estudantes, bem como dar maior visibilidade às ações voltadas ao engajamento do aluno nos estudos e à manutenção de seu vínculo com a escola.

Dessa forma, o Programa Todos na Escola, regulamentado pela Portaria Nº 152-R, de 30 de dezembro de 2019, tem como objetivo identificar crianças e jovens que estão fora da escola, ou em risco de abandono escolar, e desenvolver ações que contribuam para a sua permanência na escola.

A Secretaria vem monitorando o cumprimento das APNP pelos estudantes e, com o início do ano letivo escolar, serão realizados mapeamentos que indiquem quantos e quais foram os estudantes que não retornaram à escola; investigando as causas e traçando estratégias, como orienta a Portaria Nº 043-R, de 09 de abril de 2019.

É preciso ressaltar a importância do acompanhamento da equipe pedagógica quanto aos casos de absenteísmo, e dos registros diários no Sistema de Gestão Escolar (Seges) pelos professores, visando apoiar esse monitoramento.

A equipe Sedu encaminhará, quinzenalmente, às Superintendências, um relatório de alunos faltosos, por escola, a fim de que sejam investigadas e analisadas as causas e sugeridas propostas de intervenções. Essas ações permitirão a

identificação dos alunos propensos ao abandono escolar e o seu acompanhamento junto aos professores e às famílias, conforme protocolos já instituídos no Circuito de Gestão.

1.5 DIRETRIZES CURRICULARES

Ao longo do ano de 2020 foi feito um grande esforço coletivo e colaborativo, por parte da Secretaria de Educação, das Superintendências Regionais de Educação (SRE) e das escolas, para assegurar a manutenção do vínculo dos estudantes da rede pública estadual com a escola, na perspectiva da garantia do direito à aprendizagem.

Para minimizar os impactos da pandemia na aprendizagem dos estudantes capixabas, a Sedu estabeleceu o continuum curricular 2020-2021, assegurando a progressão da aprendizagem com equidade. Assim, para o primeiro trimestre do ano letivo de 2021, propomos o resgate de conhecimentos e habilidades previstos na série/ano anterior com a finalidade de reforçar e recuperar aprendizagens previstas nos documentos curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Ressaltamos que, sempre que necessário, essas habilidades estruturantes poderão ser retomadas ao longo do ano letivo.

A partir dos documentos curriculares vigentes para Ensino Fundamental (Currículo do Espírito Santo, 2018) e Ensino Médio (Currículo Básico Escolar Estadual, 2009), foi realizada em 2020, em conjunto com a Undime, uma análise e a classificação das habilidades e conhecimentos neles contidos, visando dar suporte ao planejamento docente à melhoria propostas para o processo de ensino e aprendizagem, definindo:

- as habilidades estruturantes: habilidades introdutórias que possuem um papel essencial para garantir a progressão das aprendizagens no ensino fundamental e também o desenvolvimento das competências específicas da área de conhecimento/ componente curricular; e
- os objetos de conhecimento estruturantes: objetos de conhecimento/conteúdos introdutórios que possuem um papel essencial para garantir a progressão das aprendizagens no ensino médio.

Inicialmente, para a produção destas diretrizes curriculares, foram listadas, de modo geral, as habilidades e/ou os objetos de conhecimento que nossos estudantes deveriam ter desenvolvido em um contexto normal. Em seguida, identificamos as habilidades ou objetos de conhecimento estruturantes e as habilidades ou objetos de conhecimento específicos de um determinado ano/série. Contudo, para os componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática foram descritas somente as habilidades estruturantes e, dentre estas, indicamos as que são específicas de um determinado ano. Além disso, para todos os componentes curriculares, sugerimos atividades, plataformas, sites e videoaulas que podem auxiliar o trabalho do professor no desenvolvimento das habilidades de cada ano/série.

A partir da análise das Orientações Curriculares 2021, da realidade da unidade escolar e dos estudantes, bem como dos resultados das avaliações diagnósticas mais recentes, o professor deverá planejar ações que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem.

Cabe ainda destacar que a elaboração das diretrizes curriculares do ensino fundamental deu-se a partir do que está prescrito pelo Currículo do Espírito Santo, alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Mapa de Foco do Instituto Reúna. Para facilitar a visualização deste documento, apresentamos, a seguir, o seu modelo de organização:

ORIENTAÇÕES CURRICULARES 2021 ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS		
1º trimestre		
Objetos de conhecimento	Habilidades	Sugestões de objetos de aprendizagem e videoaulas

Já as diretrizes curriculares do ensino médio, foram construídas a partir do Currículo Básico Escola Estadual, de 2009. A seguir, destacamos o modelo de organização deste documento:

ORIENTAÇÕES CURRICULARES 2021 ENSINO MÉDIO		
1º trimestre		
Objetos de conhecimento	Habilidades	Sugestões de objetos de aprendizagem e videoaulas

É preciso ressaltar, ainda, que as diretrizes curriculares propostas levam em consideração a necessidade de certos cuidados em relação às habilidades ou conhecimentos que dependem de propostas coletivas ou que demandem compartilhamento de objetos. Logo, o trabalho docente deve ser planejado e adaptado com muito cuidado e zelo pela saúde e segurança de todos os envolvidos.

1.6 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

O ano letivo de 2021 demandará uma atitude colaborativa da equipe escolar, dos estudantes e de seus responsáveis, num esforço comum e comprometido para atenuar os impactos decorrentes da adoção do modelo híbrido no processo educativo, considerando as Atividades Pedagógicas Não Presenciais e as aulas presenciais em regime de revezamento dos alunos, como medida para manter o distanciamento social e conter o avanço da pandemia do novo coronavírus.

A partir do início das atividades escolares presenciais em regime de revezamento dos estudantes, será adotado um modelo educacional híbrido. Esse modelo caracteriza-se pela adoção de estratégias pedagógicas que podem ou não fazer uso de recursos digitais, e que, na associação de atividades presenciais e não presenciais, favorece o processo de construção do conhecimento.

O formato remoto não substitui o presencial, mas, sim, o complementam. O ensino híbrido é uma experiência integrada que se faz na combinação de atividades presenciais e atividades não presenciais, em um modelo que pode incentivar a autonomia dos estudantes, orientando-os ao entendimento de que não há apenas uma única forma de ensinar e aprender.

Para isso, serão utilizados recursos, métodos, estratégias e intervenções, tanto para o processo de ensino-aprendizagem, como para o sistema de avaliação. Nas unidades escolares, poderão ser trabalhadas estratégias alinhadas a essas diretrizes para mitigação dos prejuízos pedagógicos.

O planejamento se dará ao longo do ano letivo e deverá considerar sua realização de forma coletiva e colaborativa, priorizando APNP interdisciplinares e por áreas de conhecimento, com ou sem o uso de tecnologias, na alternância de atividades presenciais e não presenciais de forma articulada.

Ao ser proposta a implementação de um modelo híbrido de ensino-aprendizagem as atribuições do professor deverão contemplar a realização do planejamento de seu componente curricular em uma perspectiva de imbricância entre as APNP e as aulas presenciais, cabendo ao professor:

- elaborar APNP;
- realizar o acompanhamento das APNP, dando devolutivas, às atividades desenvolvidas por meio da sala de aula do Google Classroom ou por meio impresso;
- realizar o acompanhamento das APNP, dando devolutivas, às atividades desenvolvidas por meio das aulas presenciais; e
- promover atividades individuais e/ou em grupos de reforço e recuperação das aprendizagens.

Considerando que haverá estudantes que irão optar por permanecerem com atividades não presenciais e estudantes que retornarão às atividades presenciais, orientamos que os professores continuem utilizando as APNPs para ambos os grupos para desenvolvimento do currículo, e os momentos presenciais sejam priorizados para o esclarecimento de dúvidas, reforço, recuperação e aprofundamento, conforme descrito no item Intervenção Pedagógica. Ou seja, o planejamento dos professores consiste na elaboração e acompanhamento das APNP por meio das aulas presenciais e/ou remoto (salas de aulas Google e/ou atividades impressas).

Nessa perspectiva, o fazer pedagógico precisa estar alicerçado por metodologias que promovam uma maior conexão entre os saberes do aluno com os saberes trabalhados por diferentes componentes curriculares e, desse modo, possam potencializar a contextualização das habilidades trabalhadas em sala de aula. Indicamos para essa finalidade as metodologias de Ensino por Investigação e a Pedagogia de Projetos pois, além de facilitarem ações educativas

nos momentos não presenciais e a maior interação entre alunos e professores nos momentos presenciais, favorecem o processo de avaliação numa perspectiva formativa e interdisciplinar.

Vale ressaltar que, além disso, as metodologias a serem adotadas, na perspectiva do modelo híbrido, deve propiciar a execução de atividades significativas a serem realizadas de forma individual ou coletiva, presencial ou não presencial, levando em consideração as especificidades de cada estudante e o momento em que vivemos.

1.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1.6.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A avaliação diagnóstica possibilita realizar o levantamento da situação do aluno em relação às aprendizagens adquiridas e ao currículo proposto; identificar as possíveis defasagens de aprendizagens dos estudantes; e ter uma melhor compreensão da turma em relação ao desenvolvimento de habilidades e pré-requisitos necessários para a continuidade do processo educativo.

Nesse sentido, a avaliação diagnóstica visa apoiar e orientar o trabalho pedagógico. É importante analisar evidências, identificar e compreender como se constituiu o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes, ou seja, diagnosticar as aprendizagens desenvolvidas para que seja possível pensar propostas de intervenção e de retomada de sentido em cada universo educativo.

A avaliação Diagnóstica elaborada pela SEDU em parceria com o CAED/UFJF (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora), tendo como base o Currículo do Espírito Santo (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e o Currículo Básico Escola Estadual (Ensino Médio) de 2009, com o objetivo diagnosticar as aprendizagens/habilidades desenvolvidas em 2020, deverá ser realizada pelos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio.

AS AVALIAÇÕES SERÃO ORGANIZADAS DA SEGUINTE FORMA:

- 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental: avaliações diagnósticas impressas de Língua Portuguesa e Matemática.
- 6º ao 9º ano do ensino fundamental: avaliações diagnósticas disponibilizadas no formato online que contemplarão os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Inglês.
- 1ª a 3ª série do ensino médio: avaliações diagnósticas disponibilizadas no formato online que contemplarão os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Física, Química, Biologia, Inglês, Filosofia e Sociologia.

Os estudantes que apresentarem dificuldade de acesso a recursos digitais deverão realizar as avaliações no momento das aulas presenciais, no formato online ou no formato impresso.

As respostas das avaliações realizadas no formato online serão coletadas automaticamente por uma plataforma de resultados. No caso das avaliações realizadas de forma impressa, o professor deverá lançar, manualmente, as respostas dos alunos na referida plataforma.

Esses resultados serão analisados e disponibilizados para as escolas, possibilitando identificar as habilidades desenvolvidas e as não consolidadas pelos estudantes.

A partir da análise das aprendizagens identificadas por meio das Avaliações Diagnósticas, cabe ao professor traçar estratégias de intervenção (recuperação das aprendizagens e reforço) para cada ano/série/turma/estudante, considerando os conhecimentos prévios dos alunos/turma.

Por meio dos relatórios obtidos a partir da realização das avaliações diagnósticas cabe a Sedu elaborar estratégias de intervenção pedagógica/ recuperação das aprendizagens por meio de reforço escolar e outras iniciativas que puderem ser implantadas em toda a rede ou grupo de escolas conforme natureza das dificuldades de aprendizagens identificadas.

Durante todo o processo educativo, a avaliação deverá ter caráter processual, buscando entender as dificuldades individuais de cada estudante, dadas suas condições estruturais de estudo domiciliar e de acesso à internet.

1.6.2 AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO

A avaliação do rendimento dos estudantes tem caráter de verificação dos níveis de aprendizagem, visando a recuperação, o reforço e o aprofundamento das habilidades e competências essenciais. Considerando o continuum curricular 2020-2021, a avaliação do rendimento em 2021 será utilizada para fins de aprovação ou retenção dos estudantes. Neste contexto, é importante que o professor considere a avaliação das APNP de forma processual, numa perspectiva formativa e interdisciplinar, levando em consideração o nível e o contexto de aprendizagem de cada estudante.

As orientações acerca da avaliação do rendimento e da recuperação da aprendizagem constam na Portaria nº 168-R/2020, de 23 de dezembro de 2020, que estabelece normas e procedimentos complementares referentes à avaliação, recuperação de estudos e ao ajustamento pedagógico dos estudantes das unidades escolares da Rede Estadual.

1.7 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Intervenção pedagógica é a ação educativa que tem o objetivo de garantir aos estudantes o direito de aprender. Sendo assim, pelos resultados das Avaliações Diagnósticas, pretende-se identificar as situações de aprendizagens

dos estudantes e torná-las ponto de referência para o planejamento de intervenções pedagógicas de recuperação e reforço da aprendizagem.

Pensando na finalidade e na importância de realizar a intervenção pedagógica, é importante que professores e pedagogos verifiquem quais habilidades e competências apresentaram maiores dificuldades e quais foram mais bem desenvolvidas pelos alunos nas avaliações diagnósticas, por turma e componente curricular, para o planejamento e a realização das intervenções, considerando-as de:

Recuperação - para os estudantes que demonstrarem insuficiência de aprendizagem das habilidades necessárias à sua etapa de escolaridade. Sendo assim, é necessário planejar atividades que desenvolvam essas habilidades, a fim de que os estudantes possam avançar em suas aprendizagens.

Reforço - para os estudantes que ainda não demonstraram um desenvolvimento considerado apropriado das habilidades básicas para a etapa de escolaridade em que se encontram. Para este grupo, o professor deve elaborar um planejamento de modo a consolidar essas habilidades, sistematizar esse conhecimento e dar suporte para que eles possam ampliar suas aprendizagens.

As aulas de Estudo Orientado (EO) são uma importante estratégia educacional no apoio à intervenção pedagógica, que consiste na aquisição e no desenvolvimento de técnicas e de rotinas de estudo que possibilitem a organização do processo de aprendizagem dos estudantes, visando a assegurar-lhes o direito à educação de qualidade com equidade, promovendo o fortalecimento do protagonismo dos estudantes.

1.8 PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA: MONITORAMENTO DOS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM E EQUIDADE

Considerando que as aulas presenciais serão realizadas em formato de revezamento, o plano de ação da escola deve manter o foco no monitoramento das APNP, que continuarão sendo realizadas pelos estudantes, bem como no acompanhamento e monitoramento das ações pedagógicas que farão parte do momento presencial.

Sabendo que o ano letivo ganhou uma nova organização e que o modelo híbrido se apresenta como uma necessidade/opportunidade para esse momento, que se estende pelo ano de 2021, propõe-se que esse aprimoramento incida na ritualística e passe a ser denominado Circuito de Gestão Híbrida, com protocolos que ajustem os procedimentos à consideração da promoção das atividades não presenciais e ao estabelecimento do modelo híbrido.

Nessa perspectiva, destacam-se três objetivos que orientarão o aprimoramento dos protocolos do Circuito de Gestão:

- garantir a aprendizagem;
- mitigar a evasão e o abandono;

- reduzir as desigualdades de aprendizagem.

Na perspectiva da gestão para o avanço contínuo, e impulsionado por essa nova realidade, o Circuito de Gestão Híbrida agrega aos seus procedimentos um vetor de indução mais estruturado tanto no sentido de diretrizes/programas/projetos da Secretaria para SRE e escolas, como no sentido do fornecimento de instrumentos e ferramentas para analisar a abrangência e precisão dos Planos de Ação.

Com isso, propõe-se que a perspectiva de resultados seja ampliada na direção dos três objetivos citados acima.

Como parte do planejamento para retorno das aulas presenciais, é importante que cada Superintendência Regional de Educação (SRE) se atente para:

- orientar as equipes gestoras quanto ao planejamento e realização da JPP ;
- orientar e apoiar as escolas em relação ao regime de revezamento semanal dos estudantes;
- continuar apoiando as estratégias de manutenção do vínculo dos estudantes com as escolas;
- reforçar e apoiar estratégias de prevenção do abandono;
- manter ativas as estratégias de acompanhamento e monitoramento das atividades não presenciais;
- orientar e acompanhar o processo de desenvolvimento das avaliações diagnósticas, garantindo que a escola elabore estratégias que atendam os diferentes contextos de aprendizagem;
- apoiar as escolas na construção de estratégias para recuperação, reforço e aprofundamento de conteúdos essenciais para o desenvolvimento de habilidades e para o avanço na aprendizagem, no retorno dos estudantes às aulas presenciais;
- garantir a realização do quantitativo mínimo de assessoramentos remotos às escolas prioritárias e não prioritárias;
- garantir as reuniões de trabalhos (RT) por meio de espaços virtuais que atendam à sua realidade.

O foco nas ações para garantir o acesso dos estudantes às APNP permanece, bem como o acompanhamento do desenvolvimento das atividades remotas e as ações de prevenção do abandono. Para isso, a escola deve:

- organizar e promover a semana de acolhimento aos estudantes;
- organizar e realizar a semana de acolhimento dos professores e a JPP;
- continuar o monitoramento do acesso e do desenvolvimento das APNP pelos estudantes;
- acompanhar e dar apoio pedagógico aos professores no desenvolvimento das APNP e também das atividades pedagógicas presenciais;
- elaborar estratégias de prevenção do abandono escolar;
- elaborar estratégias para diminuir as desigualdades de aprendizagens;
- garantir que as estratégias de avaliação dos estudantes contemplem os diferentes contextos de aprendizagem;
- garantir estratégias de recuperação, reforço escolar e aprofundamento de conteúdos essenciais para o desenvolvimento de habilidades e para o avanço na aprendizagem no retorno dos estudantes às aulas presenciais;
- construir estratégias de assessoramento pedagógico aos professores a respeito das metodologias que serão desenvolvidas no retorno às aulas presenciais;
- elaborar estratégias para a aplicação das avaliações diagnósticas para garantir a participação de todos estudantes.

1.9 ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS POR ETAPA E MODALIDADE DE ENSINO

1.9.1. ENSINO FUNDAMENTAL

Para o ensino fundamental 1º ano ao 3º ano, na perspectiva de fortalecimento e de melhoria contínua da aprendizagem dos estudantes no que se refere ao domínio de leitura e de escrita, sugerimos a utilização do material estruturado do PAES 03 (três) vezes por semana para subsidiar a realização das atividades pedagógicas não presenciais - APNPs e a utilização de 02 (duas) horas por dia (segunda à sexta-feira) para apoiar as atividades presenciais com intervenção contínua do professor em sala de aula.

DESTACAMOS ALGUNS CUIDADOS A SEREM OBSERVADOS NOS ANOS INICIAIS:

- Promover momentos de acolhimento para que as crianças possam compartilhar entre si seus sentimentos, pensamentos, como foi o tempo longe da escola e como será 2021, garantindo que seu estado emocional seja respeitado;
- Orientar as crianças a não tocarem na boca, no nariz e nos olhos, mesmo que estejam com as mãos limpas, e a conversarem com os professores “se estiverem tristes ou se sentindo mal”;
- Posicionar as mesas dos alunos a uma distância maior uma da outra, e colocá-las voltadas para a mesma direção (não em círculo, por exemplo), de modo a minimizar o risco de transmissão por partículas provenientes de espirros, tosses ou durante a fala;
- Limitar grupos de crianças no recreio estabelecendo que cada grupo faça um caminho predeterminado até duas salas de aula;
- Privilegiar atividades nas áreas externas, espaços mais amplos e arejados (pátios, jardins) e em regime rotativo dos grupos, fazendo no chão as devidas marcações de isolamento entre as crianças;
- Lavar com água e sabão objetos compartilhados durante as aulas e higienizar os jogos com preparações alcoólicas a 70% (setenta por cento) caso os utilizem;
- As atividades de Arte devem ser feitas com material individual descartável ou que possa ser desinfetado regularmente com solução alcoólica a 70% (setenta por cento);
- Suspender o uso compartilhado de brinquedos e outros materiais didáticos, garantindo, sempre que possível, material individual para o desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- Priorizar atividades com material audiovisual, para evitar manuseio de objetos pelos alunos.
- As unidades escolares que ofertam ensino fundamental anos finais com carga horária ampliada têm o componente curricular Projeto de Vida como importante apoio no exercício de autoconhecimento do estudante visando à construção de metas individuais e significativas e o componente curricular Estudo Orientado como importante apoio ao desenvolvimento de métodos e de rotinas de estudo customizadas para atender a necessidade de aprofundamento nos estudos e superação dos desafios de aprendizagem dos estudantes, em especial aqueles decorrentes da pandemia.

As Diretrizes Curriculares e Operacionais para o Projeto de Vida (PV) e para o Estudo Orientado (EO) à luz da Portaria nº 150-R, de 11 de dezembro de 2020, D.O. 14/12/2020 e de sua alteração na Portaria nº 001-R, de 05 de janeiro de 2021,

D.O. 13/01/2021, no que se refere à Organização Curricular da Educação Básica 2021 (OC 03) com carga horária ampliada do ensino fundamental anos finais, orientam o desenvolvimento apropriado desses componentes curriculares.

Sendo assim, as aulas de Projeto de Vida (PV) serão desenvolvidas, anualmente, com 01 (uma) aula semanal do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, sendo ministradas por professores da Base Nacional Comum (BNC), considerando o perfil desejado e disponibilidade de carga horária.

O professor efetivo poderá utilizar até 40% de sua carga horária ou terá extensão de carga horária (CHE) de até 4 (quatro) tempos e, na falta deste, poderá atuar professor da Base Nacional Comum em regime de designação temporária (DT), atentando para alteração de sua carga horária. Não será permitido novo contrato de professor para atender exclusivamente às aulas de PV.

O Projeto de Vida (PV) está diretamente relacionado à aprendizagem, na medida em que corresponde ao exercício contínuo de autoconhecimento e contempla todas as dimensões (intelectual, social, emocional, física, cultural e política) do estudante e de reflexão sobre sua atuação no mundo, na família e na comunidade, visando à construção, por meio da convivência escolar, de metas individuais e significativas a partir da sua realidade e identificação do lugar que ocupa no mundo.

Dessa forma, para o desenvolvimento das aulas de PV, é necessária a constante articulação entre os professores dos componentes da Base Nacional Comum (BNC), o gestor escolar, os pedagogos e os professores coordenadores de área (PCA) com o objetivo de promover a aproximação e o conhecimento do projeto de vida dos adolescentes do ensino fundamental anos finais.

Ainda em consonância com a normativa destacada, o componente curricular Estudo Orientado (EO) será ministrado por professor da Base Nacional Comum (BNC) e terá 02 (duas) aulas semanais para os 6º e 7º anos e 1 (uma) aula semanal para os 8º e 9º anos do ensino fundamental.

Nesse sentido, o professor de EO dos 6º e 7º anos do ensino fundamental poderá ser efetivo e utilizar até 40% de sua carga horária ou terá extensão de carga horária (CHE) de até 8 (oito) tempos.

Por sua vez, o professor de EO dos 8º e 9º anos do ensino fundamental poderá ser efetivo e utilizar até 40% de sua carga horária ou terá extensão de carga horária (CHE) de até 4 (quatro) tempos.

Na falta de professor efetivo para atender de 6º ao 9º ano, independentemente dos tempos distintos apresentados para cada ano do ensino fundamental, poderá atuar professor da Base Nacional Comum em regime de designação temporária (DT), atentando para alteração de sua carga horária. Não sendo permitido novo contrato de professor para atender exclusivamente às aulas de EO.

A partir do Estudo Orientado (EO), por meio da aquisição e de desenvolvimento de métodos, o estudante, com a mediação ora dos seus professores ora de sua própria família, cria rotina e hábitos de estudos que possibilitem a

organização do seu processo de aprendizagem, garantindo-lhe o direito à aprendizagem com foco no protagonismo e na equidade, com vistas à superação da exclusão histórica dos sujeitos da educação básica, notoriamente no ensino fundamental anos finais.

Assim, as aulas de EO estão diretamente relacionadas à aprendizagem, pois favorecem a construção da melhor maneira de estudar e de aprimorar o conhecimento, proporcionando ao estudante a clareza sobre o quê, o porquê, quando e como estudar.

Para tanto, é imprescindível que o professor de EO faça a devida articulação com os docentes dos diversos componentes curriculares e a mediação com o estudante auxiliando-o a desenvolver sua própria metodologia de estudo, tendo em vista o aprimoramento de suas aprendizagens.

1.9.2 ENSINO MÉDIO

Considerando o protagonismo e a autonomia dos jovens, as escolas devem propiciar a participação e a colaboração dos representantes dos Conselhos de Líderes e do Grêmios Estudantis nos processos de organização, monitoramento e avaliação da implementação dos protocolos sanitários nos espaços escolares.

As ações de acolhimento dos estudantes, na primeira semana de retorno às aulas, também devem favorecer a participação dos mesmos, tanto no processo de planejamento quanto durante a execução das atividades, numa perspectiva de uma construção não somente para os adolescentes e jovens, mas principalmente, com eles. Essas ações devem reconhecer as JUVENTUDES que chegam à escola, buscando compreender as vivências e experiências produzidas no contexto da pandemia.

A contribuição dos adolescentes e jovens na identificação e na proposição de soluções em relação àqueles que não retornaram às aulas em 2021, fortalece e amplia o trabalho da equipe escolar na busca ativa desses alunos e aponta para a centralidade dos jovens estudantes como SUJEITOS do processo educativo.

O reconhecimento da diversidade dos sujeitos do ensino médio é primordial para o planejamento das ações de retorno às aulas presenciais e deve considerar experiências, saberes, desejos e condições em que chegam à escola. São jovens trabalhadores, do campo, da cidade, indígenas, garotos e garotas, mas todos SUJEITOS DE DIREITOS.

Como estratégia de implementação do Novo Ensino Médio Capixaba, a partir de 2021, todas as escolas que ofertam ensino médio, terão carga horária mínima de 1.000 (mil) horas anuais e ofertarão na Parte Diversificada os componentes curriculares Projeto de Vida, Eletivas e Estudo Orientado, com o propósito, também, de garantir a aprendizagem dos estudantes no contexto da pandemia, ampliando o currículo e proporcionando maior flexibilidade e autonomia às escolas em sua proposta pedagógica.

No cenário atual, quando do retorno às aulas presenciais, a oferta das aulas das Eletivas será atribuída à série e não mais de forma multisseriada, enquanto permanecer o modelo híbrido. No entanto, permanece a recomendação de se fazer o levantamento de interesses, nesse caso, da turma, para que a oferta de eletivas atendam às expectativas dos estudantes e possam, apoiar o Projeto de Vida, mantendo-se a autonomia e o protagonismo do educando. Da mesma forma, as temáticas devem estar em conformidade com os Temas Integradores definidos pelo Currículo do Espírito Santo, incentivando e possibilitando, prioritariamente, a escolha de temas relacionados ao contexto histórico e social vivido.

Já as aulas de Estudo Orientado (EO), acontecerão por turma.. Ressaltamos que as aulas de EO deverão subsidiar as aprendizagens dos componentes curriculares das áreas de conhecimento. É importante que as primeiras aulas sejam destinadas à diagnóstico e à intervenção pedagógica.

Para o Projeto de Vida (PV), sugerimos que o O foco do trabalho pedagógico considere a formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, a definição das competências essenciais, a realidade local, as experiências de vida, as diversidades, bem como as singularidades e pluralidades dos contextos socioculturais dos estudantes.

Neste contexto, e para atender os estudantes concluintes do ensino médio de 2020, foi implementada a 4ª série do Ensino Médio Regular, exclusivamente para o ano letivo de 2021. A adesão do estudante a esta série é voluntária e tem por objetivo fortalecer e ampliar os conteúdos estudados na 3ª série do Ensino Médio regular, no ano de 2020, bem como elevar as possibilidades para a inserção na educação superior e melhores oportunidades profissionais, além de apresentar-se como um dispositivo importante para a melhoria da equidade na rede estadual de ensino.

Tendo em vista a diversidade na oferta no ensino médio (noturno, em tempo integral, educação do campo, integrado à educação profissional, educação indígena e quilombola, EJA e socioeducação), essas orientações se complementam e se articulam às demais diretrizes das modalidades de ensino.

1.9.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os estudantes da EJA, que já têm a sua história marcada por exclusões, integram uma parcela ainda mais vulnerabilizada no contexto atual, o que nos alerta para que suas condições de vida, sua rotina de trabalho e seus afazeres domésticos sejam considerados na organização de sua rotina de estudos. As atividades escolares devem dialogar com as experiências vividas pelos estudantes, tendo a pandemia e seus impactos como contexto multidisciplinar. Para tanto, propomos que o acolhimento dos estudantes dessa modalidade seja feito por meio de Círculos de Diálogos para escuta sensível com proposições, sendo importante que os professores também falem de suas vivências, sentimentos e desafios.

Quanto ao diagnóstico, tendo em vista os objetivos de aprendizagem relativos ao ano letivo de 2021 e considerando todo o contexto provocado pela pandemia e que influenciou diretamente a vida dos estudantes, é importante

ressaltar e valorizar as experiências em suas moradias, em suas comunidades, em seus trabalhos. Essas experiências foram atravessadas pelos impactos da pandemia, o que os obrigou a reformular conceitos e a reaprender a fazer diariamente. Muitos tiveram que lidar com situação de desemprego ou informalidade, inclusive, contando com auxílio emergencial do Governo e com as cestas básicas da Sedu.

Propomos que, para o processo de planejamento e revisão dos planos de ensino dessa modalidade, as equipes pedagógicas realizem nos primeiros dias de aula um processo de avaliação diagnóstica que evidencie aprendizagens escolares e não escolares, considerando a carga histórica de saberes e experiências de vida e de trabalho no tempo vivencial. Essas avaliações podem ser feitas por meio de estratégias orais e escritas, por área de conhecimento, permitindo a identificação dos objetivos/conteúdos e aprendizagens essenciais que devem ser retomados por meio de propostas de intervenções pedagógicas.

No que diz respeito ao Realinhamento Curricular, a Portaria nº 092-R/2020, que define procedimentos complementares para o ano letivo de 2020 em interface com o ano letivo de 2021, previu o continuum curricular semestral, o que favorece o desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem de cada área de conhecimento. Diante disso, as equipes pedagógicas deverão elaborar o planejamento de ensino para o ano de 2021 observando a proposta de aprendizagem por meio de ciclos, os diagnósticos das aprendizagens, as Diretrizes de Realinhamento Curricular para a Educação de Jovens e Adultos, elaboradas pela equipe da Gerência de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA) e por professores colaboradores e publicadas no site do EscoLAR, além dos documentos de realinhamento curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio Regular.

Sugerimos que, as equipes pedagógicas elenquem os objetivos de aprendizagem prioritários para esse ano letivo considerando a necessidade de retomada de objetivos planejados anteriormente a partir da avaliação diagnóstica. Nesse processo de planejamento e realinhamento curricular, nossa proposta, é a ancoragem em temáticas integradoras trabalhadas por área de conhecimento, tendo o contexto atual como pilar. Dialogando com Paulo Freire, cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica, dispõe de conhecimentos adquiridos ao longo da vida por meio de suas vivências e de sua relação com o mundo. Faz mais sentido para estudantes da EJA, a apropriação de conteúdos que dialoguem com seus saberes experienciais de forma que, ao ampliá-los, produzam novos saberes e percebam seus sentidos e significados.

Além desse princípio fundante na EJA, a integração curricular também se constitui como uma concepção fundamental para o processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos. Integrar significa inter-relacionar dimensões, temáticas, ideias, de maneira a construir um todo que faça sentido e que perpasse o contexto escolar com a perspectiva de uma formação integral. Contudo, trabalhar de forma integrada pressupõe a superação da fragmentação do conhecimento em disciplinas engessadas, da separação entre trabalho manual e intelectual, entre o pensar e o agir, além da dicotomia entre saber popular e saber científico, afinal os saberes são múltiplos e se entrelaçam. Sugerimos que as escolas, no planejamento do currículo, partam de temáticas integradoras em que as áreas de conhecimento/componentes curriculares identifiquem pontos de contato que sejam disparadores dos processos e que se articulem durante o ensino e a aprendizagem. Em caso de revezamento, cada área de conhecimento, a partir das temáticas in-

tegradoras, pode propor planos de estudos que intercalem as atividades desenvolvidas no tempo institucional – escola com as atividades desenvolvidas no tempo vivencial – comunidade. Essas atividades devem partir da realidade, ser objeto de aprofundamento teórico e retornar à realidade como uma resposta à situação inicial, em um processo dialógico de reflexão-ação. Os processos avaliativos também podem ser realizados na perspectiva da integração, propondo avaliações por área de conhecimento.

Para a materialização dessa concepção, sugerimos às equipes pedagógicas: elencar temáticas integradoras, ouvindo também os estudantes; identificar os pontos de contato que podem ser trabalhados em cada área de conhecimento/componente; organizar o plano de ensino a partir desse processo, priorizando objetivos e conteúdos essenciais, considerando as diretrizes para o ano de 2021 e elaborar planos de estudos para as turmas/etapas considerando a articulação entre as atividades realizadas no tempo vivencial e as atividades realizadas no tempo institucional. O Projeto Integrador de Pesquisa e Articulação com o Território – PIPAT, proposto nas novas organizações curriculares potencializará esse processo de articulação entre o tempo escolar e o tempo vivencial.

ORIENTAÇÕES POR ESPECIFICIDADES DA MODALIDADE:

a) EJA semipresencial e presencial regular:

Considerando que a EJA está organizada na forma semestral, compreendemos que a organização dos ciclos contínuo, previstos na Portaria nº 092- R/2020, foi uma estratégia curricular bem pertinente a esse momento de excepcionalidade na educação, por tratar os objetivos de aprendizagem de forma contínua e por assegurar a progressão continuada dos estudantes. Nesse sentido, o planejamento, como já abordado, deve considerar rigorosamente esses percursos e o que é prioritário para que os estudantes progridam em suas aprendizagens. Atentamos para os estudantes que se encontram no primeiro segmento, ou seja, no ciclo destinado à apropriação da leitura e escrita. Em documento publicado no site do EscoLAR, apresentamos algumas contribuições para esse processo.

Aos estudantes da EJA que necessitam concluir seus estudos de forma mais rápida por conta de exigência do trabalho, por exemplo, sugerimos que optem pela matrícula nos Ceeja e Neeja, lembrando que, nessas unidades, a oferta dá-se de forma semipresencial, contudo com a possibilidade de concluir os estudos por módulos ou fascículos no tempo que os estudantes dispõem para os estudos individuais, para receber as orientações dos professores e realizar as provas. Na ocasião da matrícula, os referidos Centros e Núcleos farão o devido aproveitamento de estudos, conforme legislação vigente.

b) EJA Diurna SEJA+:

A SEDU intensificou, no ano de 2021, a oferta de matrículas de EJA no turno diurno, com uma proposta diferenciada, apostando numa Organização Curricular com carga horária mais robusta e com componentes curriculares novos. Nesse caso, as equipes escolares deverão seguir as orientações contidas nas Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para a EJA/2021.

c) Centros de Educação de Jovens e Adultos (Ceeja) e Núcleos de Educação de Jovens e Adultos (Neeja):

Os Ceeja e Neeja potencializaram a plataforma CEEJA VIRTUAL, na qual os estudantes, além de estudarem os módulos e fascículos, podem realizar avaliações que serão somadas às avaliações conclusivas a serem realizadas presencialmente. Importante que as equipes pedagógicas providenciem o planejamento e reestruturação dos planos de estudos, convidando os estudantes a retornarem em grupos menores ou por agendamento para realizarem as avaliações presenciais, dentre outros processos inerentes.

É preciso também, maximizar o número de agendamentos de atividades e avaliações em turnos extras de funcionamento em cada dia letivo, conforme a disponibilidade e a deliberação dos diretores, respeitando as normas sanitárias. Além disso, aumentar, em caráter excepcional, o número de avaliações agendadas por estudante a se realizar no mesmo dia, de acordo com a avaliação técnica de cada caso pela equipe pedagógica das unidades. A ocorrência de atividades não presenciais e de avaliações somativas via plataforma deve possibilitar que estudantes que têm acesso a equipamentos tecnológicos e à internet possam otimizar seus estudos.

d) Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJA Profissional)

No que concerne especificamente ao Curso Técnico de Nível Médio em Administração na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional, recomendamos seguir as propostas anteriores, agregando outras. Quanto ao alinhamento curricular, reforçamos a necessidade de um trabalho de articulação entre as etapas ensino médio, ensino técnico e formação para mundo do trabalho, com vistas à garantia da formação profissional e integral do estudante, considerando os objetivos de aprendizagem/conteúdos estruturantes propostos nas Diretrizes de Alinhamento Curricular para a EJA. A partir desse alinhamento, as equipes pedagógicas podem propor atividades extras com o intuito de trabalhar, por meio de atividades remotas e ou impressas a serem realizadas no tempo vivencial, objetivos de aprendizagem/conteúdos considerados complementares. A Gerência de EJA disponibilizou, a título de complementação à práxis docente, roteiros didáticos referentes ao Curso Fundamentos do Mundo do Trabalho, elaborados pela Secretaria Municipal de Educação de Vitória/Coordenação de Educação de Jovens e Adultos nos anos de 2018 a 2020. Os referidos roteiros apresentam o trabalho como categoria central e podem ser ressignificados na perspectiva do Ensino Médio, caso os professores considerem necessário.

Quanto às novas turmas de EJA Profissional que iniciarão nesse semestre, as diretrizes serão publicadas em documento específico.

e) A Educação nas Unidades Socioeducativas – Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases)

A Educação é condição para que a Socioeducação cumpra seus objetivos. Diante disso, cada escola referência, em articulação com as Unidades Socioeducativas de Internação e Internação Provisória, deverá assegurar o atendimento educacional presencial e ou remoto caso haja necessidade. Para isso, a partir das diretrizes para o ano de 2021 que inclui inovações nas organizações curriculares, as equipes escolares e das Superintendências receberão as orientações específicas por meio da GEEJA/SEEB/SEDU e da GMSE/DSE/IASES.

Antecipadamente, alertamos para questões fundamentais, como:

- a necessidade de as equipes pedagógicas tecerem diálogos com os estudantes, sempre em articulação com os profissionais que compõem a comunidade socioeducativa;
- a apropriação dos dados quantitativos e qualitativos por toda a equipe das escolas e unidades socioeducativas, com vistas à realização de rodas de conversa sobre temas diversos, culminando com oficinas para construção de mapas mentais;
- a elaboração de Cartografia imaginária sobre temas diversos;
- a realização de diagnóstico contínuo do aproveitamento escolar com vistas ao alinhamento curricular, que poderá ser feito à luz de temas integradores, por área de conhecimento, considerando os objetivos de aprendizagem/habilidades estruturantes do Currículo;
- a implantação de proposta de intervenção pedagógica com categorização de estudantes por necessidades formativas sem, necessariamente, ater-se ao ano/etapa letiva e a horários fixos para cada disciplina;
- a adoção de estratégia de complementação de estudos como retomada de objetivos de aprendizagem não alcançados/desenvolvidos.

f) Educação nas Unidades Prisionais – Secretaria da Justiça (Sejus)

Mesmo com todo o empenho do Grupo de Trabalho (GT) formado pela Sedu e Sejus, das equipes das Escolas Referência e Exclusivas e equipes das Unidades Prisionais, diante da preocupação com a contaminação dos estudantes internos e com a segurança dos envolvidos, e em cumprimento às normas advindas da Secretaria Estadual de Saúde (Sesa), da Sedu e da Sejus, assim como dos decretos do governo do estado, as APNP não puderam ser desenvolvidas em sua integralidade. Diante disso, foi elaborado um novo Calendário com o encerramento do ano letivo de 2020 em fevereiro/2021. Com isso, o ano letivo referente a 2021 será iniciado em março. Nos respectivos calendários foram inclusas Diretrizes para o trabalho com a Leitura por meio do Projeto “Leitura nas prisões: entre muros e mundos” com o objetivo de desenvolver estratégias de fomento e qualificação da leitura assegurando que os/as estudantes privados/as de liberdade tenham acesso ao livro e à leitura e, assim, elevem e aprofundem sua capacidade leitora. Considerando a singularidade dessa oferta e as inovações para o ano de 2021, as escolas referência e exclusivas e as Superintendências receberão orientações específicas por meio da GEEJA/SEDU e GET/SEJUS, assegurando assim a maior eficácia no atendimento, principalmente no contexto atual provocado pela pandemia.

1.9.4 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Desde o início do ano de 2020, a pandemia da Covid-19 provocou mudanças na organização do espaço escolar, no relacionamento entre equipes escolares, estudantes, suas famílias e comunidades, e nas formas de ensino e aprendizagem. O momento vivido é atípico e, por isso, exigiu e ainda exige adaptação, superação e reinvenção. Todas as mudanças impactaram os componentes curriculares, as práticas educativas e as metodologias trabalhadas nas escolas. Dando continuidade ao intenso trabalho realizado em 2020, é momento de potencializar os aprendizados e metodologias.

Diante da importância da continuidade das estratégias e práticas pedagógicas desenvolvidas na parte diversificada do Currículo e de outros procedimentos realizados nas instituições com a oferta de Educação em Tempo Integral, seguem orientações com as especificidades para a continuidade das aulas presenciais e o retorno do ano letivo nas escolas a partir do ano de 2021. Essas orientações foram pensadas principalmente considerando as características centrais da Educação em Tempo Integral e a qualidade das aprendizagens, para que não sejam perdidas e, ao mesmo tempo, cuidar da integridade, principalmente relativa à saúde, de cada um dos estudantes, suas famílias e os profissionais da equipe escolar.

É importante destacar que as unidades escolares têm autonomia para buscar estratégias inovadoras na aplicação dessas orientações, sempre atentando-se à necessidade de cumprimento das normas sanitárias e de distanciamento físico.

Nas escolas com oferta de Educação em Tempo Integral, orienta-se que as salas de aula sejam distribuídas de forma temática, no entanto, em razão das orientações do Capítulo VII da Portaria Sedu/Sesa nº 01-R/2020, quanto à adequação dos espaços físicos e respeito ao distanciamento físico, é preciso suspender as trocas de salas dos estudantes e aulas em salas temáticas para diminuir a circulação de pessoas. A realização de intervenções nos espaços físicos com recursos criativos, artísticos e inovadores, a fim de promover ambientes afetivos e acolhedores, que possam oferecer bem-estar à comunidade escolar, atentando-se sempre às normas sanitárias e de distanciamento físico, é aconselhada e incentivada.

Uma das características marcantes da Educação em Tempo Integral é o acolhimento no dia-a-dia dos estudantes. Por essa razão e de modo a realizar a manutenção e o fortalecimento dos vínculos afetivos e o exercício da Pedagogia da Presença, o acolhimento diário na entrada da escola e nas salas de aula devem continuar sendo realizados como cumprimento das medidas de segurança sanitária, evitando contato físico e respeitando o distanciamento, conforme disposto no Artigo 10, inciso IX da Portaria Sedu/Sesa nº 01-R/2020.

Para a melhor organização da escola, as reuniões de fluxo semanais, conforme dispostas no Manual de Diretrizes da Educação em Tempo Integral, são essenciais e, por isso, devem ser mantidas para organização, monitoramento e planejamento previsto no Plano de Ação da escola, priorizando encontros não presenciais. Ressalta-se que, no caso das reuniões presenciais, é importante que aconteçam em espaços abertos e/ou arejados, com respeito e atenção ao distanciamento físico entre os participantes.

A centralidade da Educação em Tempo Integral são os projetos de vida dos estudantes, por isso, o foco do trabalho pedagógico nesse componente curricular deve ser o desenvolvimento de novas aprendizagens, considerando a formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. Para a realização das aulas, deve ser priorizada a utilização da própria sala de aula da turma e não mais a sala específica de Projeto de Vida, utilizando o material estruturado e recursos metodológicos diversificados, como literatura, filmes, desenhos, vídeos e outros materiais criativos e artísticos na perspectiva do modelo híbrido - de aulas presenciais e remotas, de acordo com o revezamento proposto.

No ano de 2020, foram realizados diversos monitoramentos junto às escolas com oferta de Educação em Tempo Integral para acompanhamento e auxílio. Esses acompanhamentos evidenciaram ainda mais a importância da tu-

toria para a melhoria dos resultados de aprendizagem, sobretudo, durante o momento atípico em decorrência da Pandemia do Covid-19. Por essa razão, enfatiza-se que o tutor continua responsável pelo acompanhamento do desempenho acadêmico do seu tutorado, priorizando, na tutoria individual, o atendimento não presencial, utilizando os recursos acessíveis ao tutor e ao tutorado. Excepcionalmente, em caso do não acesso à comunicação remota, possibilita-se o atendimento presencial, respeitando as medidas sanitárias e de distanciamento físico.

Considerando que a Tutoria Coletiva envolve estudantes multisseriados, ficam suspensos os encontros para Tutoria Coletiva, em razão das medidas sanitárias. A aula reservada à Tutoria Coletiva será destinada ao Estudo Orientado, a fim de realizar estratégias de avaliação diagnóstica, de nivelamento e recuperação das aprendizagens dos estudantes, sendo que a suspensão da Tutoria Coletiva presencial não exclui a possibilidade do atendimento coletivo não presencial.

Todas as aulas de Estudo Orientado são destinadas ao desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante, à melhoria do seu desempenho acadêmico e incentivo à organização, foco, planejamento e autodidatismo no processo educativo, tendo isso em vista, a aula de Estudo Orientado acontecerá por turmas, evitando a circulação dos estudantes. Uma dessas aulas deverá ser destinada prioritariamente para avaliação diagnóstica e estratégias de nivelamento, possibilitando também APNPs para serem realizadas durante o revezamento. Os professores dos componentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são responsáveis pelo planejamento de atividades para serem realizadas no Estudo Orientado.

Levando em conta o revezamento dos grupos de estudantes para realizar atividades presenciais, orienta-se que, segundo o Artigo 9º, inciso XXIII da Portaria Sedu/Sesa nº 01-R/2020, os laboratórios sejam utilizados somente caso o professor considere o uso essencial para o atingimento dos objetivos de aprendizagem. É recomendado utilizar todas as medidas de distanciamento, uso de equipamentos e higienização previstos na portaria. Ainda de acordo com o Artigo 9º, incisos VI e IX da Portaria Sedu/Sesa nº 01-R/2020, é importante priorizar a utilização de espaços abertos e arejados e, em caso de impossibilidade, permanecer com janelas e portas abertas. As atividades de práticas experimentais devem oportunizar reflexões sobre o conhecimento aplicado no cotidiano, a fim de produzir sentido e significado ao que se aprende, oferecendo também APNPs para serem realizadas durante o revezamento.

Os componentes curriculares Pensamento Científico e Protagonismo têm material de aulas estruturadas. Tendo isso em vista, orienta-se a continuidade do trabalho pedagógico, seguindo material estruturado, na medida do possível, priorizando o estudo teórico, reflexões e discussões durante o período presencial na escola, possibilitando também as APNPs para serem realizadas durante o revezamento.

A orientação recebida na Formação Inicial do Modelo Pedagógico e de Gestão da Educação em Tempo Integral, é de que os Clubes de Protagonismo aconteçam em turmas multisseriadas. Tendo em mente as alterações para adequação ao momento da pandemia, ficam suspensas as turmas multisseriadas, evitando circulação e aglomeração, devendo os clubes serem organizados de acordo com as turmas já existentes na escola. Mantém-se a autonomia dos estudantes para a seleção de temáticas dos seus interesses, que possibilitem reflexões durante o funcionamento dos clubes de protagonismo. Cada turma deverá ser orientada por um ou mais professores na condição de “padrinhos” ou “madrinhas”, que apoiam as atividades pedagógicas a serem realizadas e protagonizadas pelos estudantes, que

devem ser incentivados à realização de reflexões e atividades de intervenção nos seus contextos socioculturais, de modo, que pratiquem o protagonismo estudantil. Sugere-se que a turma, juntamente com o professor “padrinho” ou “madrinha”, proponha soluções para problemas identificados no âmbito da unidade escolar e da comunidade do entorno da escola. Essas soluções devem trazer à reflexão o momento histórico social vivido.

Da mesma forma, é orientado que as eletivas aconteçam em turmas multisseriadas. No entanto, também ficam suspensas as turmas multisseriadas, evitando circulação e aglomeração, sendo organizadas de acordo com as turmas já existentes na escola. Deverá ser considerado o período de duração da eletiva como trimestral - e não mais semestral - para realização das atividades. Mantém-se a autonomia e o protagonismo do estudante para a seleção, em conjunto com seus professores, de temáticas que sejam de seu interesse, conforme os temas integradores definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Currículo do Espírito Santo. A escolha de temas deve ser, prioritariamente, relacionada ao contexto histórico e social vivido, possibilitando a participação dos estudantes e suas respectivas turmas, a partir do incentivo ao diálogo. Preferencialmente, devem ser definidos dois professores para acompanhar cada turma, sendo possível o acompanhamento de apenas um, caso a escola não disponha de quantitativo suficiente para a formação de duplas. Cabe aos Pedagogos e Coordenadores Pedagógicos, junto aos professores, a articulação da interdisciplinaridade por meio de parceria com outros professores e eletivas. Importante ressaltar que, de acordo com a distribuição da Carga Horária, todos os professores devem ser incluídos na realização das Eletivas.

Conforme Artigo 9º, inciso XIX da Portaria Sedu/Sesa nº 01-R/2020, devem ficar suspensas as atividades coletivas de esporte, teatro e dança, devido ao risco que a atividade importa.

É importante que as escolas utilizem as metodologias disponíveis na oferta de Educação em Tempo Integral para auxiliar os estudantes no processo de recuperação dos conteúdos e de desenvolvimento da autonomia, contribuindo para a adaptação do retorno do ano letivo na escola, motivando dia a dia toda a comunidade escolar.

1.9.5 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No que se refere ao desenvolvimento das atividades pedagógicas nos cursos técnicos ofertados nas formas subsequente e integrada ao ensino médio, é necessário que as equipes pedagógicas e os professores realizem planejamento com vistas ao cumprimento do Plano de Curso, suas respectivas ementas e a garantia da carga horária mínima explícita na Organização Curricular de cada curso.

Nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, é importante que o planejamento pedagógico contemple as Diretrizes Operacionais e Pedagógicas, emanadas pela SEEB/GEM, relacionadas ao desenvolvimento da proposta curricular de cada curso, objetivando fortalecer a integração curricular entre os componentes curriculares da Base Nacional Comum e os componentes curriculares do Aprofundamento.

Nos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, a prática docente poderá ser enriquecida entre os conteúdos técnicos afins, em suas habilidades e competências e observando o perfil do egresso do curso.

Quanto ao planejamento da avaliação diagnóstica nos cursos técnicos orientamos que o seu planejamento contemple as orientações das Diretrizes Operacionais e Pedagógicas, emanadas pela SEEB/GEM.

Com relação aos componentes curriculares de natureza prática, orientamos que, enquanto permanecer o modelo híbrido, a organização do horário das aulas garanta que esses componentes sejam trabalhados presencialmente, contemplando o uso de laboratórios e o desenvolvimento das atividades práticas, conforme previsto na Resolução CEE Nº 5447 DE 20/03/2020.

Quanto à utilização dos laboratórios, salientamos a importância de atendimento aos protocolos definidos nos artigos 9 e 14 da Portaria Conjunta SEDU/SESA Nº 01-R, de 08 de agosto de 2020, que estabelece medidas administrativas e de segurança sanitária a serem tomadas pelos gestores das instituições de ensino no retorno às aulas presenciais, e dá outras providências.

1.9.6. EDUCAÇÃO DO CAMPO, QUILOMBOLA E INDÍGENA

Considerando as especificidades das escolas do campo, indígena e quilombola, em situações de turmas com número reduzido de matrículas, respeitado o distanciamento social, o revezamento, poderá ocorrer por turma e não por estudantes, a critério e avaliação das respectivas unidades escolares, levando-se em consideração a capacidade física das salas de aula e o número de turmas da escola.

Para as escolas do campo, propomos um sistema de retorno às atividades presenciais, com revezamento dos estudantes, conforme orientações neste documento, inspiradas em elementos da Pedagogia da Alternância, experiência que já ocorre na rede estadual de ensino. A Pedagogia da Alternância, alterna períodos na escola com períodos em casa e na comunidade, considerando a realidade dos estudantes a partir de uma estreita ligação entre esses dois momentos de ensino e aprendizagem.

A Pedagogia da Alternância em sua integralidade, enquanto modelo pedagógico metodológico, possui princípios definidos e utiliza-se de instrumentos como: temas geradores; ensino interdisciplinar; plano de estudo; caderno da realidade; caderno de acompanhamento; visitas técnicas; visitas às famílias; avaliação contínua e permanente; plano de formação de professores; e outros. Desse modo, vale ressaltar que não se trata de implementar a Pedagogia da Alternância em sua totalidade, complexidade pedagógica e metodológica em todas as escolas. Porém, podemos utilizar e adaptar alguns de seus instrumentos que possam auxiliar e contribuir no processo de ensino e aprendizagem nesse contexto adverso e que requer outras alternativas.

Diante disso, sugerimos o uso do Caderno de Acompanhamento, por exemplo. O Caderno de Acompanhamento é um instrumento pedagógico que pode ser utilizado no auxílio de estudantes e professores no desenvolvimento das APNPs no período de Estudos Não Presenciais. Assim, os estudantes devem fazer uso desse Caderno para realizar

as APNPs. Recomenda-se o uso do Caderno de Acompanhamento para os estudantes do Ensino Fundamental, principalmente, nas séries iniciais. Desse modo, o professor poderá acompanhar com maiores detalhes a aprendizagem dos estudantes, além de ser um meio de comunicação com os mesmos e com os familiares.

As escolas do campo multisseriadas, ou seja, que dispõem exclusivamente de turma multisseriada em determinado turno e que possuem número de matrículas igual ou inferior à metade da capacidade física da sala de aula, ficam isentas de aderir do regime de revezamento. Portanto, devido ao possível número menor de matrículas e considerando a capacidade física das salas de aula, essas unidades escolares poderão retornar às aulas presenciais contínuas. A EEIEM Aldeia Caeiras Velha, de Educação Indígena, enquadra-se no Artigo 21 da Portaria Conjunta SEDU/SESA Nº 01-R, de 08 de agosto de 2020 e nas decisões que constam na Medida Cautelar do Supremo Tribunal Federal conforme orientações quanto aos povos indígenas - ADPF 709 MC/DF de 06 de agosto de 2020. Portanto, os povos indígenas estão classificados como grupo de risco e devem permanecer no ensino remoto.

A EEEF Graúna, de Educação Quilombola, deverá adotar o revezamento dos estudantes entre estudos presenciais e estudos não presenciais para todas as turmas, haja vista se enquadrarem na proposta mencionada neste documento, onde o número de matrículas de todas as turmas é superior à metade da capacidade física da sala de aula.

Ressaltamos que os documentos curriculares da rede pública estadual reforçam a necessidade de uma organização didático-pedagógica própria nas modalidades de ensino da Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola. Independente das práticas pedagógicas e metodológicas que forem adotadas, as mesmas devem estar em consonância com as demandas e as necessidades das comunidades locais, considerando suas especificidades em todas as atividades escolares.

Reforçamos também que, considerando a dificuldade de acesso à internet por parte das comunidades mais distantes dos centros urbanos, as escolas voltem sua atenção para a realidade de seus estudantes, buscando alternativas para oportunizar o processo de ensino e aprendizagem de forma equânime e com qualidade dentro do contexto possível, a fim de reduzir os impactos da pandemia e evitando, assim, um processo de exclusão.

1.9.7 EDUCAÇÃO ESPECIAL

Embora alguns dos estudantes que são público-alvo da educação especial apresentem condições de saúde que os incluam nos grupos de risco da covid-19, o laudo médico de deficiência, por si só, não pode ser aceito como justificativa para que estes estudantes não retornem aos estudos presenciais.

Nesse sentido, e considerando que não existe correlação automática entre deficiência e risco, a decisão sobre o contínuo 2021 de tais estudantes segue as mesmas orientações direcionadas aos demais estudantes, com a anuência de suas famílias.

A redução do abandono e da evasão escolar exige diagnóstico precoce e busca ativa, no sentido de garantir que os estudantes retomam seus vínculos com a escola.

Para tanto, recomendamos que, num primeiro momento, seja realizada uma investigação sobre o contexto do estudante durante o período de isolamento.

Como ponto de partida para desenvolver estratégias que atendam às diferentes necessidades de aprendizagem dos estudantes que são público-alvo da educação especial, devemos considerar uma avaliação diagnóstica individual da aprendizagem, bem como dos impactos do período de isolamento social no desenvolvimento de cada um desses estudantes.

O planejamento de ensino a ser desenvolvido, deverá considerar o contínuo 2021:

- Estudo de Caso;
- Plano de Atendimento Educacional Especializado;
- Avaliação Diagnóstica, conforme orientações gerais, direcionadas aos demais estudantes;
- Atenção às medidas específicas de prevenção ao contágio da covid-19 direcionadas ao público da educação especial, apresentadas neste Plano de Retorno, no item que aborda as Medidas de Prevenção ao contágio e aspectos sanitários específicos para atendimento às possíveis demandas dos estudantes que são público-alvo da educação especial.

ASPECTOS SANITÁRIOS

MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO E ASPECTOS SANITÁRIOS ESPECÍFICOS PARA ATENDIMENTO ÀS POSSÍVEIS DEMANDAS DOS ESTUDANTES QUE SÃO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:

Em atendimento ao §3º da Portaria SEDU/SESA de 08 de agosto de 2020, apresentamos a seguir as medidas adicionais específicas estabelecidas para atendimento aos estudantes que são público-alvo da educação especial no ambiente escolar:

Aos estudantes com deficiência que demandam apoio nas rotinas de higienização, alimentação e locomoção, deve ser resguardado o direito ao profissional de apoio escolar, ou seja, cuidador, em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessário, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, conforme disposto no inciso XII da Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Recomenda-se a esse profissional, bem como aos tradutores/intérpretes, além de não apresentar nenhum dos sintomas causados pela covid-19 e redobrar as medidas de prevenção ao contágio, seja contabilizado no tamanho limite das turmas, e mantenha o distanciamento social em relação aos demais estudantes, professores e funcionários da escola.

1- USO DE MÁSCARAS:

A necessidade do uso de máscara pelos estudantes público-alvo da educação especial é complexa e exige uma avaliação individualizada, observando:

- Aos estudantes com deficiência auditiva ou surdos, cuja comunicação envolve o uso de expressões faciais e/ou leitura labial, bem como a seus professores, tradutores/intérpretes e colegas de turma, recomenda-se o uso de máscaras transparentes;
- Estudantes com redução dos movimentos dos membros superiores e que não conseguem remover a máscara com autonomia, devem ser desobrigados do uso, uma vez que há risco de sufocamento;
- Alguns estudantes com deficiência intelectual ou transtornos do espectro do autismo podem apresentar hipersensibilidade no uso das máscaras faciais, gerando comportamentos disruptivos e até autolesivos;
- Os profissionais de apoio aos estudantes com deficiência devem fazer uso de máscaras a todo o momento;
- O procedimento de higiene, bem como a troca das máscaras e de outros eventuais equipamentos de proteção, deverá ser feito pelo profissional de apoio antes do atendimento a cada novo estudante.

2- HIGIENIZAÇÃO:

- Os estudantes que apresentam dificuldades ou impossibilidade para a execução da lavagem ou desinfecção adequada das mãos precisam receber apoio;
- Estudantes que fazem uso de cadeiras de rodas e precisam tocá-las, devem lavar as mãos com maior frequência e ter à disposição e em fácil alcance, álcool gel 70° para higienização das mãos e das rodas.
- **SINALIZAÇÕES IMPORTANTES:**
- Adoção de rotina de orientação aos estudantes sobre os cuidados pessoais necessários e as medidas de prevenção e controle da transmissão da covid-19 em linguagem acessível a todos utilizando, inclusive uso de recursos visuais de comunicação (Art.11, SEDU/SESA, 2020);
- Sugerimos ainda a adoção de placas/sinalização acessível sobre as medidas de prevenção, incluindo comunicação em Braille, LIBRAS e Português.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS:

A) AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Considerando que os estudantes com deficiência visual utilizam as mãos como principal fonte de recurso para a aquisição do conhecimento por meio do tato, faz-se necessária a disponibilização de álcool em gel em frasco individual para cada estudante, para que sejam higienizadas as mãos e todos os objetos que forem tocar, inclusive bengalas, se for o caso.

Importante avaliar a necessidade de apoio à higienização das mãos e dos objetos do estudante com deficiência visual, considerando inclusive a possibilidade de essa necessidade ser realizada por um adulto, ou mediada por ele, a depender do nível de autonomia ou dependência deste estudante para realizar de forma autônoma. De igual modo, o uso de máscaras também poderá ser orientado por um adulto, podendo o professor colaborar em relação a essa orientação.

Orienta-se que, ao receber ajuda, o estudante procure segurar no ombro evitando tocar nas mãos ou cotovelo de quem irá guiá-lo, uma vez que a recomendação é de que ao tossir ou espirrar, as pessoas o façam no meio do braço. (Nota Técnica covid-19 N° 14/2020 SESA/SSAS/GROSS/NEAE-RCPD)

B) AOS ESTUDANTES SURDOCEGOS

Os guia-intérpretes que acompanham os estudantes surdocegos nas atividades escolares deverão orientar e monitorar os cuidados relativos à prevenção e combate ao covid-19, incluindo a maneira correta de higienizar as mãos e utilizar a máscara.

A higienização dos espaços e objetos poderá ser realizada por um adulto vidente, uma vez que este estudante pode apresentar dificuldades para fazê-lo com autonomia.

Merece especial atenção o fato do constante e indispensável contato físico entre o professor especializado e o estudante, recurso este indispensável à comunicação, devendo ser reforçados os cuidados de higiene de ambos.

C) AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA):

O atendimento aos estudantes com deficiências intelectual, múltiplas e Transtorno do Espectro Autista podem demandar apoio individualizado em virtude de algumas especificidades. Neste contexto, algumas considerações merecem especial destaque. São elas:

- Podem ter dificuldade de compreender algumas recomendações, portanto dê orientações de forma objetiva e certifique-se de que foram compreendidas;
- Podem apresentar autonomia reduzida nas rotinas de higienização.

D) AOS CENTROS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CAEES (CAS, CAP, NAAH/S E INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS)

As medidas de prevenção ao contágio para a covid-19 nos ambientes dos Centros de Atendimento Educacional Especializados (CAEES) devem seguir as mesmas orientações dadas às escolas comuns.

2. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

2.1 ACOLHIMENTO AOS PROFESSORES

O acolhimento aos professores deverá ser realizado durante a Jornada de Planejamento Pedagógico (JPP). É importante reservar um momento para escuta das experiências e sentimentos vivenciados neste período de pandemia e isolamento social. Destaca-se como fundamental a continuidade do reconhecimento de todo trabalho realizado, a valorização do esforço e da busca para se adaptar à realidade, atendendo às necessidades da escola. Respeitar o tempo e a forma de ser de cada membro da comunidade escolar é atuar com empatia e sensibilidade. A relação de confiança da equipe deve ser estimulada e trabalhada por meio de boa comunicação e sinceridade. Reconhecer cada esforço feito é fundamental, assim como estimular o incentivo mútuo entre os profissionais.

Esse momento deverá servir também para orientar/rever os protocolos de higienização e de convivência, o que deve ser reforçado insistentemente para o devido cumprimento.

Sugestão de atividades para este momento podem ser encontradas na cartilha “Orientações de acolhimento para professores” elaborada pelo Instituto Península e disponível no site <https://apoie.sedu.es.gov.br/em-tempos-de-pandemia>.

2.2 ACOLHIMENTO DOS ALUNOS

Sabemos que a escola possui uma função que vai além das aprendizagens de conhecimentos formais e que, em seu espaço, manifestam-se sentimentos que devem ser ouvidos e acolhidos, garantindo que cada estudante e/ou profissional seja percebido em sua integralidade.

No retorno às atividades escolares, a empatia e o cuidado deverão permear todas as práticas, tendo em vista que os estudantes, os professores e os demais profissionais que atuam na escola, incluindo os gestores, estão passando por adaptações emocionais, físicas, sociais e cognitivas que exigem muito de cada um. Além disso, é comum que alguns, mais do que outros, estejam vivenciando ansiedade, medo, sensação de insegurança, desemprego repentino, desamparo, o que pode impactar a vida emocional, financeira e as relações no núcleo familiar e social. Sendo assim, é importante traçar estratégias sensíveis e cautelosas, pautadas em EMPATIA, ESCUTA, PACIÊNCIA e ACOLHIMENTO.

O acolhimento aos estudantes também exige planejamento e deve ser compartilhado com a equipe de profissionais, para que toda a escola esteja alinhada com os princípios norteadores de escuta, acolhimento, paciência e empatia.

Pode ser organizada uma atividade com os alunos, seja por turma, ou de acordo com a dinâmica desejada pela escola, para discussões sobre a pandemia, visando à comunicação das diretrizes de biossegurança e também para ouvir

sobre o que tem vivenciado neste momento de distanciamento social, os efeitos que persistem, assim como medo ou outras preocupações. É essencial refletir sobre as BOAS EXPERIÊNCIAS (como se cuidaram, o que aprenderam, como se comunicaram) ações de resiliência, SOLIDARIEDADE e compaixão são importantes de serem compartilhadas, respeitando cada sujeito em suas possibilidades e particularidades evitando causar constrangimentos.

Portanto, esse momento deverá ser planejado e realizado pela equipe escolar, a partir da realidade local, com a efetiva participação e envolvimento dos alunos, tendo como objetivo acolher, observar os aspectos socioemocionais e potencializar o espaço de fala e escuta dos alunos. Deverá servir também para orientação sobre os protocolos de higienização e de convivência, o que deve ser reforçado insistentemente para o devido cumprimento.

Sugestões de ações para acolhimento e convivência:

- espalhar pela escola cartazes que informem as medidas de biossegurança, mas também aspectos sobre empatia, respeito, autocuidado, cuidado com o outro, incluindo temáticas que valorizem o momento de retorno;
- considerando as limitações para a interação de muitas pessoas, inclusive no(s) intervalo(s), verificar a possibilidade de colocar música no pátio, para as escolas que ainda não o fazem;
- propor para os alunos a construção de projetos que tragam novas formas de comunicação e afeto, que não necessitam necessariamente de proximidade ou contato físico;
- construir junto com os alunos murais, preferencialmente virtuais, ou outras formas de expressão acerca dos aprendizados adquiridos em tempos de pandemia;
- a fim de aliviar a tensão que a pandemia produz, é interessante a construção de estratégias que direcione a atenção para outros temas que não foquem exclusivamente na temática da COVID-19;
- outras possibilidades de atividades e abordagens podem ser encontradas na Rotina de Acolhimento dos estudantes, elaborada pelo Instituto Unibanco, em parceria com a Sedu, e disponível no site <https://apoie.sedu.es.gov.br/em-tempos-de-pandemia>.

Sugere-se, ainda, a criação de um Diário de Bordo, por turma, que poderá ser um caderno físico ou até mesmo virtual, no qual a equipe de professores poderá registrar informações importantes da turma ou de alunos (de forma individualizada) para que, nos momentos de planejamento, toda equipe pedagógica possa analisar os registros, trocar ideias e informações, e traçar estratégias de intervenção.

2.3 PLANO DE CONVIVÊNCIA

No acolhimento aos profissionais e estudantes, é preciso entender que algumas manifestações de irritabilidade ou de isolamento, que eventualmente ocorram, não são necessariamente dirigidas ao gestor ou a quem conduz a escuta. Tais comportamentos podem ser reflexo do estresse emocional que o momento traz. Aos gestores que, pela característica do cargo, geralmente recebem mais informações e demandas, sugere-se que se observem e sejam gentis consigo mesmos, visando não se cobrarem excessivamente, uma vez que as soluções para os desafios que surgirem devem ser construídas de forma colaborativa e em rede.

Pode ocorrer, nos momentos de escuta e acolhimento, a manifestação de sentimentos que indiquem a necessidade de encaminhamento para auxílio de profissionais de saúde mental. A sensibilidade quanto a isso será primordial, uma vez que nem todas as questões psicológicas e emocionais apresentadas poderão ser qualificadas como patologias. A maioria poderá ser classificada como reação normal diante de uma situação anormal, a pandemia. É importante procurar entender a perspectiva da própria pessoa acerca daquilo que está sentindo e envolver o núcleo familiar, nos casos dos estudantes.

Outro aspecto importante a ser abordado para a CONVIVÊNCIA no retorno às aulas é o RESPEITO aos colegas e/ou aos profissionais que testarem positivo para Covid-19, ou mesmo que apresentarem alguns sintomas designados como sendo típicos da doença. É tarefa de todos na escola, incluindo alunos, disseminarem INFORMAÇÕES e ORIENTAÇÕES, e não discriminarem ou culparem quem venha a ser acometido pela doença. O momento é de AUTOCUIDADO e de cuidado com o outro, o que envolve informações corretas e assertivas, além de muito respeito.

Mesmo com as aulas presenciais, o contato físico ainda demandará alguns cuidados. Além das informações de biossegurança, a escola pode estimular os alunos a desenvolverem NOVAS FORMAS DE CONVIVÊNCIA (AFETO E COMUNICAÇÃO) que não envolvam o contato físico e nem a utilização compartilhada de objetos.

É preciso considerar que não há soluções prontas para lidar com os impactos da pandemia, e que as ações para sua superação demandarão tempo, cuidado e paciência. Cada escola possui um saber próprio sobre si, sobre sua realidade e sobre os sujeitos que fazem parte dela. É nesse saber que estão as ferramentas de autocuidado, de ESPÍRITO COMUNITÁRIO, de possibilidades para que todos se sintam ACOLHIDOS, o que, conseqüentemente, gera confiança e segurança no espaço escolar.

Valorizar as habilidades de autogestão, o engajamento, a amabilidade, a resiliência emocional e a abertura ao novo é diretriz posta no currículo e, articulada ao respeito, ao tempo de cada um e à empatia pelas individualidades, pode auxiliar na convivência e produzir ressignificações a respeito deste momento. Portanto, se a comunidade escolar assim desejar, poderá organizar atividades voltadas para acolhimento e expressão dos sentimentos, acerca das situações que geraram impacto emocional sobre alunos e profissionais da escola. É importante também se atentar para a construção/identificação de uma rede socioafetiva, visando o apoio e auxílio nos desdobramentos psicossociais causados pela pandemia.

Destaca-se também a importância da articulação dos gestores com os equipamentos de Saúde e de Assistência Social que atendem o território onde a escola está localizada, visando ao fortalecimento do trabalho em rede na proteção à criança e ao adolescente.

2.3.1 ESCUTA E ACOLHIMENTO PARA NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIAS (AUTOPROVOCADAS, SEXUAIS, FÍSICAS, PSICOLÓGICAS, ENTRE OUTRAS)

O relato de situações de violência contra crianças e adolescentes muitas vezes acontece no ambiente escolar, independente da situação ter ocorrido no âmbito familiar ou em outros. As violências podem, inclusive, ser autopro-

vocadas (autolesão, ideação suicida, tentativas de suicídio e suicídio consumado), sexuais, físicas ou psicológicas, bem como implicar negligência. Em todos esses casos, a escola deve oferecer às vítimas, escuta ativa e acolhimento adequado, bem como seguir o protocolo de notificação de violências disponível em <https://apoie.sedu.es.gov.br/viol%C3%A2ncias/protocolo-de-notifica%C3%A7%C3%A3o-de-viol%C3%A2ncias>.

Em alguns casos, o distanciamento e o isolamento social podem agravar situações de violência que já aconteciam no ambiente familiar, ou provocar o início delas. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a interrupção da rotina na escola também aumenta a exposição das crianças e dos adolescentes ao risco de negligência e maus tratos (não alimentar, não apoiar as medidas de higiene etc.), bem como ao risco de abuso e violência dentro de casa. Sendo assim, é fundamental que os profissionais da escola estejam atentos a qualquer suspeita de violência, afinal, a escola faz parte da rede de proteção à criança e ao adolescente.

2.3.2 ESPECIFICIDADES ACERCA DO COMPORTAMENTO SUICIDA OU AUTOLESIVO

O relato de situações de violência contra crianças e adolescentes muitas vezes acontece no ambiente escolar, in-
de Observa-se, de forma geral, nas demandas recebidas pela equipe Apoie, a constante preocupação de alguns gestores escolares acerca da autolesão, da ideação suicida, das tentativas de suicídios e mesmo de casos de suicídio consumado por estudantes de suas unidades. Nem sempre os casos de autolesão estão relacionados à conduta suicida e é preciso cautela para não fazer imediatamente essa associação. De toda forma, ambos os assuntos merecem toda atenção da sociedade, e aqui, em específico, das instituições de educação, uma vez que são fenômenos complexos e multifatoriais que podem ter o aumento no seu número de casos durante, e principalmente após, uma situação de pandemia.

Em casos de profissionais ou estudantes com comportamentos ou relatos relacionados à autolesão e/ou ao desejo de morte, seguem orientações para a escuta, previstas na Cartilha Suicídio na Pandemia Covid-19, elaborada pela Fiocruz:

- não duvidar, desqualificar ou minimizar o relato de desejo de morte, se for o caso;
- acolher a pessoa e sua família, sem julgamentos e, em casos relacionados a suicídio, considerar o ato como um
- sinal de alerta, especialmente para evitar um novo episódio;
- ter escuta cuidadosa, respeitosa e séria, procurando sempre entender melhor o que ocorreu e como a pessoa se sente;
- evitar apontar culpados ou causas;
- em casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada, realizar a notificação compulsória às autoridades sanitárias;
- avaliar a necessidade de outros encaminhamentos, como o acionamento da rede de proteção social, quando há suspeita de motivação intrafamiliar ou de violação de direitos;
- em relação à autolesão, é fundamental o questionamento ativo e cuidadoso do porquê dessa manifestação, o que se pretendia e o que, de fato, se conseguiu. Dessa forma, sem julgamentos, há mais chance de estabelecer uma conexão verdadeira e potente para redução de sofrimento emocional e dos riscos decorrentes;

- em caso de perigo imediato de comportamento suicida ou de automutilação, acionar o Samu pelo número 192 e/ou orientar os familiares, no caso da criança e do adolescente, os pais/responsáveis, a levarem para um atendimento de emergência em UPA, pronto socorro ou hospital.

Recomenda-se não deixar a pessoa envolvida sozinha e garantir que ela receba o atendimento em saúde em caráter de emergência.

Considerando a complexidade do tema, optamos por indicar a integralidade da leitura da Cartilha Suicídio na Pandemia Covid-19, elaborada pela Fiocruz, disponível em <https://apoie.sedu.es.gov.br/em-tempos-de-pandemia>, que trata, exclusivamente, deste fenômeno, considerando o contexto da Covid-19. Reforçamos que é de extrema necessidade que a escola notifique esses casos, conforme protocolo já mencionado, e dialogue com a equipe Apoie, sempre que necessário, para a construção de abordagens adequadas para cada situação.

Existem diversos grupos de apoio e suporte espalhados em nosso país, além de psicólogos especializados. Busque por alguma iniciativa em sua região ou consulte o site www.posvencaodosuicidio.com.br. Se quiser conversar com alguém e obter suporte emocional, entre em contato com o Centro de Valorização da Vida (CVV) pelo número 188 ou pelo site: www.cvv.org.br. O mapa da saúde mental traz uma lista de locais de atendimento voluntário online e presencial em todo o país no www.mapasaudemental.com.br.

2.3.3 ASPECTOS DE CONVIVÊNCIA RELACIONADOS ÀS MEDIDAS DE BIOSSEGURANÇA

Neste momento, a comunicação da escola com a família deve estar ainda mais alinhada visando, além da permanência do vínculo do estudante com a escola, ao cumprimento das medidas de biossegurança. Todos devem se cuidar dentro e fora da escola. A boa comunicação com pais/responsáveis e alunos contribui também para o recebimento de notícias sobre possíveis infectados no ambiente familiar.

As orientações de convivência e acolhimento já descritas deverão ser observadas durante a continuidade das atividades após a retomada das aulas presenciais, inclusive no que diz respeito à clareza das informações, ao monitoramento do comportamento acerca das diretrizes de biossegurança e à prática da empatia e respeito, a fim de evitar situações de bullying e cyberbullying.

A escola deverá agir com muita cautela caso algum profissional ou estudante manifeste sintomas ou teste positivo para a Covid-19, observando as medidas definidas pelos órgãos de saúde e atentando para que a comunidade escolar não estigmatize ou culpabilize a pessoa infectada.

Maiores informações sobre como lidar com o bullying e cyberbullying sugerimos acesso a página: <https://apoie.sedu.es.gov.br/bullying>.

2.3.4 ASPECTOS DE CONVIVÊNCIA RELACIONADOS ÀS MEDIDAS DE BIOSSEGURANÇA

Neste momento, a comunicação da escola com a família deve estar ainda mais alinhada visando, além da permanência do vínculo do estudante com a escola, ao cumprimento das medidas de biossegurança. Todos devem se cuidar dentro e fora da escola. A boa comunicação com pais e alunos contribui também para o recebimento de notícias sobre possíveis infectados no ambiente familiar.

As orientações de convivência e acolhimento já descritas deverão ser observadas durante a continuidade das atividades pós-retorno, inclusive no que diz respeito à clareza das informações, ao monitoramento do comportamento acerca das diretrizes de biossegurança e à prática da empatia e respeito, a fim de evitar situações de bullying e cyberbullying.

A escola deverá agir com muita cautela caso algum profissional ou estudante manifeste sintomas ou teste positivo para a Covid-19, observando as medidas definidas pelos órgãos de saúde e atentando para que a comunidade escolar não estigmatize ou culpabilize a pessoa infectada.

Maiores informações sobre como lidar com o bullying e cyberbullying sugerimos acesso a página: <https://apoie.edu.es.gov.br/bullying>.

2.3.5 CONTATOS IMPORTANTES

- APOIE-AE07/SEPLA/SEDU – Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar 3636-7723 – apoieapoie@sedu.es.gov.br e <https://apoie.sedu.es.gov.br>.
- Disque 100 – Vítimas ou testemunhas de violações de direitos de crianças e adolescentes, como violência física ou sexual, podem denunciar anonimamente pelo Disque 100.
- Disque 180 – Em casos de violência contra mulheres e meninas, seja violência psicológica, física ou sexual, causada por pais, irmãos, filhos ou qualquer pessoa. O serviço é gratuito e anônimo.
- Safernet Brasil – A rede recebe denúncias de cyberbullying e crimes realizados em ambiente online. Para denunciar, acesse new.safernet.org.br
- Centro de Valorização da Vida – O CVV trabalha com apoio emocional e prevenção do suicídio, e atende qualquer pessoa que precise conversar, anonimamente. Ligue 188 ou acesse cvv.org.br.

3. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E SANITÁRIOS

3.1 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA AS AULAS PRESENCIAIS

Visando planejar e estruturar as aulas presenciais do ano letivo de 2020, a Sedu instituiu um Grupo de Trabalho constituído por entidades representativas:

- Associação dos diretores e ex-diretores das escolas da rede pública estadual de ensino do ES - Adires;
- Associação dos Municípios do Espírito Santo - Amunes;
- Conselho Estadual de Educação - CEE;
- Defensoria Pública do Espírito Santo;
- Fórum Estadual de Educação - FEE;
- Instituto Federal do Espírito Santo - IFES;
- Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - Mepes;
- Ministério Público; Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- Procuradoria Geral - PGE;
- Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional - Secti;
- Secretaria de Estado da Educação - Sedu;
- Secretaria de Estado da Saúde - Sesa;
- Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo - Sindipúblicos;
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo - Sindiupes;
- Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo- Sinepe;
- Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo- Sinpro;
- Sistema S – Findes – SESI/SENAI;
- Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes;
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime

O objetivo foi de assegurar os protocolos necessários ao funcionamento das atividades presenciais de forma segura nas instituições de ensino do Espírito Santo, que atendessem às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para evitar o contágio pela Covid-19.

Uma das realizações do GT foi a elaboração e a publicação da Portaria Conjunta Sedu/Sesa Nº 01-R, de 08 de agosto de 2020, que estabeleceu medidas administrativas e de segurança sanitária a serem tomadas pelos gestores das instituições de ensino para realização de aulas presenciais, para fins de prevenção e controle da transmissão do novo Coronavírus.

A Portaria Conjunta estabeleceu que, as unidades de ensino somente poderiam retornar às aulas presenciais, após a elaboração e implementação de um Plano Estratégico de Prevenção e Controle (PEPC) da transmissão do novo coronavírus.

Nesse sentido, para o acompanhamento, avaliação e monitoramento da implementação e execução das ações do PEPC, as escolas deverão criar o Comitê Local de Prevenção, constituído por: um representante da diretoria da instituição; um ou mais representantes da coordenação da instituição; representantes do corpo docente; representantes dos estudantes, quando aplicável; e representantes de responsáveis legais pelos estudantes, no caso de estudantes menores de idade.

3.2 SANITIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES

As escolas públicas estaduais têm dimensões muito diversas, por isso, cada diretor deverá reavaliar e poderá adaptar, se necessário e (com anuência da SRE) as orientações deste documento à realidade do seu espaço escolar, sem perder de vista os princípios de distanciamento, biossegurança e proteção da saúde, no que diz respeito a Covid-19 e as medidas administrativas e sanitárias instituídas por meio da Portaria Conjunta Sedu/Sesa N°1.

Todos os espaços que não sejam necessários ao bom funcionamento das atividades (depois de organizado todo o espaço, em virtude das regras de segurança e higiene a cumprir) devem permanecer fechados. Essa medida ajuda a diminuir o número de locais a serem higienizados e a empenhar os esforços de higienização nos espaços essenciais. Da mesma forma, as escolas devem buscar remover das salas, os acessórios não essenciais à prática das atividades pedagógicas, reforçando a limpeza e a desinfecção dos que lá permanecem.

No uso dos espaços escolares deve-se adotar as medidas administrativas e sanitárias com destaque para as seguintes recomendações:

o uso de máscara é obrigatório;

álcool em gel 70° deve estar disponível para o uso dos estudantes e profissionais;

qualquer compartilhamento de alimentos e objetos entre os estudantes (lanches, material escolar ou artigos pessoais, como garrafinhas, copos e talheres) é desaconselhado e deve ser evitado;

evitar que estudantes, professores e demais profissionais que atuam na escola consumam água diretamente na torneira do bebedouro, incentivando o uso de recipientes individuais (copos, garrafinhas, squeeze..) para essa finalidade;

evitar aglomerações nas idas ao banheiro e manter um agente permanente para realizar a higienização/desinfecção necessária, diminuindo a possibilidade de contágio entre os estudantes;

fixar placas e/ou cartazes que incentivem a prática de lavagem minuciosa das mãos (no mínimo 20 segundos), de etiqueta respiratória (cobrir a boca e o nariz com o cotovelo flexionado ou com um lenço ao tossir e espirrar) e de evitar tocar o rosto, os olhos, a boca e o nariz;

sinalizar comportamentos de risco monitorando o protocolo adotado e reforçando a sua necessidade;

em ambientes fechados, os equipamentos de ar condicionado, quando houver, devem permanecer desligados e as janelas deverão estar sempre abertas, livres de cortinas, para garantir a ampla circulação do ar.

Se possível, as escolas devem definir circuitos de circulação interna, permitindo uma melhor orientação espacial dos estudantes e dos docentes e, ao mesmo tempo, uma higienização mais eficaz do espaço e dos equipamentos.

Para utilização das salas de aula para as atividades escolares, faz-se necessária a preparação do espaço físico. A higienização do ambiente (protocolo), inclusive paredes, janelas, ventiladores, interruptores e maçanetas, mobiliários, equipamentos e acervo, caso haja, seguindo as recomendações da Portaria Conjunta Sesa/Sedu em seu artigo 14.

Além das medidas estabelecidas na portaria, deve-se:

- orientar os estudantes a entrarem separadamente, durante o processo de chegada na sala de aula, mantendo pelo menos 1,5 metros de distanciamento em relação aos demais;
- elaborar o mapa de sala obedecendo a distância mínima e recomendada de 1,5 metros de distância entre os estudantes. Para isso, deve-se distribuir os estudantes, alternadamente, dentro das salas de aula e os alunos não devem trocar os lugares marcados;
- estimular os estudantes a adotarem comportamentos de atenção e cuidado uns com os outros, além de manterem a higiene pessoal, dos objetos de sua propriedade (mochilas, materiais escolares, celulares etc.) e do espaço ocupado por eles;
- supervisionar a circulação dentro das salas, a fim de evitar contatos físicos imprevistos;

- evitar a organização de eventos e trabalhos em grupo que possam comprometer o cumprimento das medidas de distanciamento social.

Além disso, sempre que possível, deve-se privilegiar que as atividades ocorram no exterior, espaços mais amplos e arejados (pátios, jardins), em regime rotativo dos grupos, considerando o distanciamento social recomendado, bem como as atividades que recorram a materiais mais facilmente higienizáveis, evitando aqueles que, pelas suas características, apresentam maior risco de contaminação.

Deve-se adequar o espaço físico do refeitório para que cada um mantenha-se a 1,5 m de distância do outro. Todos os estudantes devem realizar a higienização das mãos antes e depois de entrarem no refeitório. A ida ao refeitório deve ser escalonada, sempre que possível, para evitar a aglomeração de estudantes, ou, quando isso não for possível, considerar fazer as refeições na sala de aula.

Devem ser evitadas filas na entrega do lanche/almoço e os lugares no refeitório devem estar marcados, de forma a assegurar o máximo de distanciamento físico possível entre os estudantes. Deve ser evitado o compartilhamento de alimentos e objetos entre os estudantes (lanches ou artigos pessoais, como garrafinhas, copos e

talheres) e nos revezamentos entre os turnos, deve ser realizada a adequada limpeza e desinfecção das superfícies utilizadas.

Para garantir um ambiente seguro para as atividades letivas, após a utilização dos ambientes é necessário repetir o protocolo de higienização do ambiente, conforme previsto na Portaria Conjunta.

3.3 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM COMORBIDADE

O Decreto nº 4727-R, de 12 de setembro de 2020, que revogou o Decreto nº 4629—R, de 15 de abril de 2020, possibilita em caráter excepcional e temporário a realização de trabalho remoto aos servidores públicos estaduais dos grupos de risco, e a Portaria/SESA nº 050-R, de 27 de março de 2020, alterada pela Portaria/SESA nº 179-R, de 11 de setembro de 2020 estabelece as orientações a respeito da relação de doenças consideradas de risco.

O afastamento para trabalho remoto não é obrigatório. Deverá o servidor do grupo de risco manifestar formalmente interesse em realizar suas atividades de forma remota, via requerimento a ser encaminhado, preferencialmente, na forma de documento avulso pelo E-docs, ou, excepcionalmente, por e-mail, acompanhado do laudo médico conforme previsto na Portaria/SESA nº 050-R. Os modelos de formulários e os procedimentos já se encontram disponíveis no sistema E-docs e no Espaço RH do Portal do Servidor (<https://servidor.es.gov.br/processos-de-rh>). Os servidores com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos deverão apresentar laudo médico que o reconheça incluído no grupo de risco, quando da apresentação do requerimento.

Com relação às gestantes e lactantes, o afastamento para trabalho remoto também está condicionado aos critérios e à apresentação de laudo médico conforme previsto na Portaria/SESA nº 050-R.

Em casos imprescindíveis ao interesse público, a Chefia imediata poderá indeferir o requerimento do servidor que se encontra no grupo de risco e/ou localizados em setores prestadores de serviços públicos essenciais para realização do trabalho remoto, mediante justificativa expressa no formulário próprio do sistema E-docs e encaminhamento para a autoridade máxima do órgão ou entidade, para homologação.

Lembramos que nos termos do referido decreto, a realização do trabalho remoto está permitida exclusivamente aos servidores que se enquadram no grupo de risco. No caso de professores com comorbidade suas horas serão realizadas a partir do acompanhamento de APNPs para as turmas de sua responsabilidade, sendo a contratação de novos profissionais para substituí-los uma decisão que cabe à SeduEDU, segundo sua necessidade, conveniência e/ou disponibilidade orçamentária.





**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Educação



Atividades
Pedagógicas
Não Presenciais